

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Os méritos do Senhor **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00092/2020 MRE

Brasília, 15 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 344 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA*

CPF: 151.732.671-00

ID.: 8005 MRE

1956 Filho de Clóvis Coelho de Holanda e de Maura Brasil de Holanda, nasce em 22 de abril, em Fortaleza/CE.

Dados Acadêmicos:

CPCD - IRBr

Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF

CAD - IRBr

Mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics, Londres, Reino Unido

CAE - IRBr

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
1984 Segundo-secretário
1989 Primeiro-secretário, por merecimento
1998 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
2011 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-84 Divisão da Europa-II, assistente
1984-86 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1986-89 Embaixada em Londres, segundo-secretário
1989-92 Embaixada em Ottawa, primeiro-secretário
1992 Divisão de Política Comercial, assistente
1992-95 Representante do Ministério das Relações Exteriores nas negociações do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia
1992-98 Divisão de Integração Regional, assistente e Subchefe
1998-2000 Embaixada em Roma, conselheiro
2000-04 Embaixada em Assunção, conselheiro
2003 XXII Reunião da Comissão do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná, em Assunção, Chefe de delegação
2004-05 Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas, chefe
2004-05 Grupo Negociador de Regras, da Organização Mundial de Comércio, Genebra, chefe de delegação
2005 OCDE, The Steel Outlook, Paris, chefe de delegação
2005-11 Divisão da Ásia e Oceania II, chefe
2006 Reunião do Core Group do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), Tóquio, chefe de delegação
2007 Missão de Observadores brasileiros às eleições parlamentares de Timor-Leste, chefe de delegação
2008 Secretário-Executivo da Comissão Nacional Organizadora do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil
2010 II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Ulan Bator, chefe da delegação
2011-16 Departamento da Ásia do Leste, diretor
2016 Chefe do Escritório de Representação em Ramala, Representante do Brasil junto ao Estado da Palestina

Publicações:

2001	O Gás no MERCOSUL - a Perspectiva Brasileira, pela Fundação Alexandre de Gusmão
2002	"Regional energy integration: the solution map" (co-autor), capítulo da publicação " Energy Integration in South America
2014	"Brasil-China: 40 anos de relações: de onde vimos; onde estamos; para onde vamos" (in: Política Externa, vol. 22, n. 4
2015	"Brasil-China: inserção na economia internacional e cooperação nos próximos anos" (in: Cadernos de Política Exterior, n.1, ano 1

Condecorações

Ordem do Rio Branco; Ordem do Mérito Naval.

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS
NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

KUWAIT



**MAÇO INFORMATIVO
Junho de 2020**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Estado do Kuwait
CAPITAL:	Cidade do Kuwait
ÁREA:	17.818 km²
POPULAÇÃO:	4,66 milhões, dos quais 1,3 milhão detém nacionalidade kuwaitiana
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30%, xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15%
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e por até 15 membros não eleitos (ministros indicados pelo emir, que se tornam automaticamente membros do parlamento)
CHEFE DE ESTADO:	Emir Xeique Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Xeique Sabah Al-Khaled Al-Hamad Al-Sabah
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Xeique Ahmed Nasser Al-Sabah
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 152,37 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 322,36 bilhões
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 29.266
PIB PER CAPITA PPP (2019):	US\$ 69.257
VARIAÇÃO DO PIB:	4,06% (2019), +2,33% (2018); -2,08% (2017); 2,47% (2016); -1,6% (2014); 1,1% (2013); 6,6% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0.808 (57ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	75.85 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020):	96.30%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	2,17%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar kuwaitiano
EMBAIXADOR DO BRASIL NO KUWAIT:	Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta Agrément concedido ao Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda em 31/05/20.
EMBAIXADOR DO KUWAIT EM BRASÍLIA:	Embaixador Nasser Riden Thamer Al Motairi
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 200

Brasil → Kuwait	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	147,9	224,7	344,4	373,6	744,4	1.322	670,3	485	358	440	307,29
Exportações	74,0	191,6	230,7	373,3	357,3	306	239,1	198	223	227	209,33
Importações	74,0	33,1	113,7	0,3	387,1	1.016	430,7	287	135	213	97,96
Saldo	0	158,6	117,1	373	-30	-710	-191,2	-90	87	14	111,38

APRESENTAÇÃO

As evidências mais antigas de presença humana no território kuwaitiano datam de cerca de 8000 a.C.. A localização estratégica do território – ao sul da foz do Shatt Al Arab (confluência do Tigre e do Eufrates) – e a presença de um porto natural fizeram do Kuwait ponto de passagem para comércio marítimo e terrestre. Dadas as difíceis condições climáticas e a escassez de água, a ocupação permanente do território kuwaitiano foi extremamente reduzida até o século XVIII, apesar de ser ocasionalmente usado por populações nômades.

No início do século XVIII, o agravamento das condições climáticas no interior da Península Arábica força diversas tribos nômades a migrarem, algumas das quais vão se estabelecer na margem sul do Golfo. Datam desse período o estabelecimento do primeiro vilarejo onde hoje se situa a Cidade do Kuwait e o deslocamento do clã Al Sabah para a região.

Em 1756, os chefes tribais locais elegem o líder do clã Al Sabah como governante do vilarejo e de sua vizinhança imediata, iniciando etapa de regência dessa família no Kuwait que dura até os dias de hoje. Em 1871, o Império Otomano reconhece o emir do Kuwait como subgovernador, ligado à província de Basra. Em 1896, o xeique Mubarak Al Sabah assassina dois de seus irmãos e se impõe como governante do território. A partir de sua morte, haverá alternância de poder entre os descendentes de dois de seus filhos, Jaber e Salem.

Mubarak assina, em 1899, acordo estabelecendo o Kuwait como protetorado britânico. A Convenção Anglo-Turca de 1913 reconhece o Kuwait novamente como unidade autônoma do Império Otomano, mas é posteriormente considerada nula com a eclosão da I Guerra Mundial, quando Londres voltou a reconhecer o Kuwait como protetorado seu.

No início da década de 1930, a economia local – até então centrada em comércio, pesca e extração de pérolas – entra em colapso em decorrência da crise mundial de 1929 e do surgimento da indústria de pérolas cultivadas. Em 1938, no entanto, a abertura do primeiro poço de petróleo no país inaugura novas e promissoras possibilidades de geração de renda. A exploração em escala industrial começa após a Segunda Guerra Mundial, operada principalmente por empresas britânicas e, em 1956, o Kuwait se torna o maior produtor de petróleo no Golfo.

Em junho de 1961, o Kuwait, de comum acordo com o Reino Unido, tornou-se independente. Na ocasião, o Iraque manifestou seu inconformismo, alegando ser o Kuwait território seu, com base no elo entre o Kuwait e a província otomana de Basra, no final do século XIX. Reação negativa da Liga dos Estados Árabes e do Reino Unido resultou em recuo iraquiano.

A exploração petrolífera trouxe prosperidade inédita para o emirado, que, após a independência, constituiu extenso aparato burocrático e de bem-estar social. O Estado passa a empregar a maior parte da população nacional, havendo grande influxo de estrangeiros para desempenhar diversas tarefas no setor privado.

Apelos da população kuwaitiana por reformas políticas e representação parlamentar, manifestados já antes da independência, foram atendidos com a convocação de uma Assembleia Constituinte, em dezembro de 1961, e a promulgação da Constituição, em novembro de 1962. Apesar do caráter pioneiro e relativamente independente do parlamento kuwaitiano, não se logrou estabelecer relação estável entre Legislativo e Executivo, comandado pela família Al Sabah, tendo o emir o poder discricionário de dissolver o parlamento.

Em agosto de 1990, o Iraque renova suas antigas reivindicações territoriais e invade o Kuwait, que permanece ocupado até 26 de fevereiro de 1991, quando é libertado por coalizão internacional organizada sob a égide das Nações Unidas e liderada pelos EUA, contando com o apoio da OTAN e da maioria dos países árabes. Durante os anos seguintes à invasão, o governo kuwaitiano destinou seu foco e parte relevante dos recursos disponíveis em seus fundos soberanos para o esforço de reconstrução. Aos poucos, o retorno da produção petrolífera permitiu o

restabelecimento da prosperidade anterior, apesar de o *status* de principal centro de negócios do Golfo não ter sido recuperado.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA ALTEZA O EMIR XEIQUE SABAH AL AHMAD AL JABER AL SABAH EMIR DO KUWAIT



Nascido em junho de 1929, é o 15º governante Al Sabah do Kuwait e o 5º emir pós-independência. É filho do xeique Ahmad Al Jaber Al Sabah, décimo governante do Kuwait (1921-1950), e pertence ao ramo Jaber da família real.

Estudou em escolas do Kuwait e completou estudos superiores com tutores particulares. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1963, cargo que acumulou com o de Vice-Primeiro-Ministro a partir de 1978. Manteve os dois cargos até 2003, quando foi elevado a Primeiro-Ministro por decreto real. Na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitou o Brasil em caráter oficial, em março de 1975.

Ao longo dos 40 anos em que esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente, como Primeiro-Ministro e Emir, Sabah Al Ahmad conduziu praticamente toda a política externa do Kuwait independente. Quando da invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, Sabah liderou os esforços diplomáticos de seu país em prol da restauração da soberania kuwaitiana. Participou ativamente de diversas iniciativas de mediação em desavenças regionais, como a guerra civil libanesa (1975-1990), a unificação do Iêmen (1990) e a crise diplomática iniciada em 2017 entre Arábia Saudita, Bahrein, Egito e Emirados Árabes Unidos (EAU), de um lado, e o Catar, do outro.

Em razão de seu envolvimento com causas humanitárias e das significativas doações do Kuwait nessa seara, o Emir foi homenageado como "Líder Humanitário" pela ONU, em cerimônia presidida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2014.

**SUA EXCELÊNCIA O XEIQUE SABAH KHALED AL HAMAD AL SABAH
PRIMEIRO-MINISTRO DO KUWAIT**



Nascido em 1953, Sabah Khaled Al Sabah tem atuado em diferentes cargos ministeriais desde 2006. Ele é filho de Khaled bin Hamad Al Sabah e Mouza bint Ahmad Al Sabah, filha de Ahmad bin Jabir Al Ali Al Sabah, que governou o Kuwait de 1921 a 1950.

Graduado em Ciências Políticas pela Universidade do Kuwait, ingressou na carreira diplomática em 1978. Foi Embaixador junto à Arábia Saudita entre 1995 e 1998. Em 1998, foi designado Presidente do Serviço de Segurança Nacional. Em 2006, tornou-se Ministro de Assuntos Sociais e Trabalho, cargo que manteve até 2007, quando foi designado Ministro da Informação. Atuou brevemente como Ministro da Justiça, em 2009.

Em outubro de 2011, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Na qualidade de Chanceler, presidiu também o Conselho do *Kuwait Fund For Arab Economic Development* (KFAED).

Pertence ao núcleo político central da dinastia reinante e é pessoa de confiança do Emir Sabah Al Ahmad Al Sabah. Em decorrência de renúncia do gabinete de governo, o Emir nomeou o Xeique Sabah Khaled Primeiro-Ministro, em 19 de novembro de 2019.

**SUA EXCELÊNCIA O XEIQUE AHMED NASSER AL MOHAMMED AL AHMED AL JABER AL SABAH
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**



Nascido em 1971, Ahmed Nasser Al Sabah, começou sua carreira em 1995 como pesquisador na Corte do então Príncipe-Herdeiro do Kuwait. Graduou-se em Relações Internacionais pela Strasbourg University for Human Sciences (França), em 1993, tendo obtido título de mestre pela mesma universidade em 1995 e doutorado em Ciências Políticas na Universidade Paris Pantheon – Sorbonne.

Em 2001, foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo promovido a Embaixador em 2005. Ocupou sucessivamente os cargos de Chefe de Gabinete (2006-2014) e Subsecretário para Assuntos do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros (2014-2019).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 17 de dezembro de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas formalmente **relações diplomáticas** e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, funcionando cumulativamente a partir do Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Emirado, gesto reciprocado pelo Kuwait em Brasília, em agosto do mesmo ano.

Desde então, houve duas **visitas** de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuwaitianos ao Brasil. Para além dessas visitas bilaterais, o Emir do Kuwait participou da Conferência Rio-92 e o Chanceler kuwaitiano participou de reunião da ASPA (Brasília, 2005).

Em 30 de junho de 2018, foi realizada, na Cidade do Kuwait, a *I Reunião de Consultas Políticas bilaterais*. A Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, visitou o Kuwait em setembro de 2019. Em dezembro, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, também visitou aquele país. Os Chanceleres brasileiro e kuwaitiano encontraram-se em setembro de 2019, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação, de 1975, e intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros, em 1981, e a consequente crise internacional da dívida de 1982, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, então com o objetivo de angariar o apoio kuwaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras com o emirado. Ocorre nessa época, igualmente, esforço coordenado entre os ministérios militares e as empresas de defesa brasileiras no sentido de abrir o mercado kuwaitiano para os produtos nacionais de defesa. Nesse contexto, Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de chanceler brasileiro ao Kuwait, em abril de 1986.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a subsequente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o Emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas de alto nível junto ao Brasil solicitando apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da ONU, como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

Durante o período de 1998 a 1999, o Brasil voltou a tratar de temas de forte interesse do Kuwait. Foram criados pelo CSNU, à época, três painéis relativos à situação no Iraque (sobre desarmamento, assuntos humanitários e prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitianos), todos presididos pelo representante brasileiro na Organização.

A partir de 1995, inicia-se processo de retomada das trocas comerciais, interrompidas pela Guerra do Golfo. Nas duas décadas seguintes, esse processo se intensifica, com o **comércio bilateral** atingindo alta de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, em 2014. A queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait após aquele ano e a diminuição de exportações brasileiras para o Kuwait levam o fluxo comercial a registrar retração. Em 2019, o intercâmbio foi de US\$ 307,29 milhões, com superávit de US\$ 111,38 milhões a favor do Brasil. Óleos de

petróleo (89,4%) e enxofre (6,9%) foram, em 2019, os principais produtos kuwaitianos importados pelo Brasil, que exportou para o Kuwait, principalmente, carnes (84,8%) e milho (4,7%).

Entre janeiro e abril de 2020, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 310 milhões, com déficit de 114,3 milhões para o Brasil. O principal produto negociado foi, pelo lado das exportações brasileiras, carnes de aves (85%) e, pelo lado das importações brasileiras, adubos e fertilizantes (99,9%)

O Kuwait considera o Brasil um de seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar e, no plano comercial, o Brasil é o maior fornecedor de frango congelado (Sadia e Nicolini) para o Kuwait, com 85% do mercado. O Brasil exporta igualmente frutas, sapatos, moda infantil, dentre outros produtos. Haveria espaço para diversificação da pauta exportadora brasileira não somente do setor alimentício, mas também dos setores moveleiro e construção civil. De acordo com dados de 2019, as exportações brasileiras para países árabes do Golfo somaram aproximadamente US\$ 7,25 bilhões, tendo o Kuwait ficado na última posição (apenas US\$ 212,3 milhões). A situação revela o ainda inexplorado potencial de expansão do comércio bilateral com aquele país, que funciona, ademais, como plataforma de reexportação para países vizinhos com grande mercado consumidor (como o Iraque, para o qual o Kuwait exportou US\$ 621 milhões, em 2018).

A aceitação, em fevereiro de 2020, pelas autoridades sanitárias kuwaitianas do certificado brasileiro para carne bovina, após quase três anos de negociações, permitirá reabrir o mercado daquele país para o produto brasileiro. A decisão permitiu a retomada das exportações brasileiras para um mercado que consome anualmente cerca de US\$ 500 milhões do produto.

É crescente a percepção do Kuwait como fonte potencial de **investimentos** – a *Kuwait Investment Authority*, fundo soberano nacional, é o 4º maior do mundo, controlando ativos estimados em US\$ 592 bilhões. Os investimentos kuwaitianos no Brasil somam cerca de US\$ 4 bilhões. Há interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

A cooperação no domínio da **defesa** poderá beneficiar-se com a assinatura de acordo bilateral na área.

No campo da **cooperação técnica**, há demonstração do interesse mútuo na prospecção de projetos de cooperação trilateral em setores como agricultura, com terceiros países. O *Kuwait Investment Fund for Arab Economic Development* acumula historicamente desembolsos sob a forma de doações e empréstimos da ordem de US\$ 15 bilhões. Brasil e Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2010.

POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional. O Executivo é presidido pelo emir, que conserva grau elevado de poder decisório, não só em virtude de suas atribuições constitucionais, como também de sua condição de patriarca da família Al Sabah. Salvo em circunstâncias excepcionais, o emir define as linhas gerais de ação governamental, não se envolvendo nas atividades cotidianas de governo, das quais se encarrega o primeiro-ministro. Apesar disso, a Constituição de 1962 faculta ao emir emitir decretos com força de lei e designar o primeiro-ministro e demais membros do gabinete, além de dissolver o parlamento a qualquer momento, resultando na convocação de eleições gerais. Ao contrário do que ocorre em outros sistemas parlamentaristas, os ministros não necessitam ser membros do parlamento, mas se tornam parlamentares ao serem indicados (embora pelo menos um dos até 16 ministros do gabinete deva ser escolhido entre os membros eleitos da Assembleia Nacional).

O Executivo, controlado pela família real, tem sido relativamente liberal e modernizante (a título de exemplo, em 1984, o então emir manifestou seu apoio ao voto feminino). Além dos postos de emir, príncipe-herdeiro e primeiro-ministro, os Al Sabah sempre mantiveram em suas

mãos as pastas mais importantes, como Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros, Energia, Comunicações e Planeamento. Tradicionalmente, a família conduz política que visa a satisfazer a população kuwaitiana por meio da distribuição de recursos provenientes da exportação de petróleo, traduzidos em generosos benefícios sociais, como educação e assistência médica gratuitas, facilidade de emprego e altos salários no setor público, empréstimos subsidiados, transferências de dinheiro em ocasiões especiais (casamentos, nascimentos, divórcios) e aposentadoria integral após 25 anos de serviço.

Dentre os Legislativos da região, o parlamento kuwaitiano (*Majlis Al Umma* – Assembleia Nacional) é o mais independente e o que reúne mais atribuições e poderes (outros parlamentos de países do Conselho de Cooperação do Golfo têm, em geral, predomínio de membros não-eleitos e papel eminentemente consultivo). O parlamento é unicameral, formado por até 65 representantes: 50 eleitos e até 15 membros do gabinete indicados pelo emir. O parlamento pode editar leis, convocar ministros e o próprio primeiro-ministro para explicações e pode proceder a um voto de não-confiança, destituindo qualquer dos membros do gabinete (mas não o primeiro-ministro). Leis votadas no parlamento podem ser vetadas pelo emir, mas o veto pode ser vencido com votos de dois terços da Assembleia.

Diferentemente de outras monarquias da região, o parlamento também participa da escolha do governante, devendo aprovar, por maioria absoluta, o nome do príncipe-herdeiro proposto pelo emir. Caso não seja aprovado, o emir deve submeter à Assembleia nomes de três candidatos da família Al Sabah, para eleição.

A Constituição veda a formação de partidos políticos, mas tradicionalmente há grupamentos informais ligados por laços ideológicos, religiosos e familiares. As tradicionais famílias comerciais do país têm, também, grande influência política, elegendo diversos representantes. Desde 2005, mulheres têm capacidade eleitoral passiva e ativa e formam mais da metade dos cerca de 480.000 eleitores registrados.

As últimas eleições foram realizadas em novembro de 2016, com o comparecimento de cerca de 70% do eleitorado, e foram interpretadas como vitória do governo. Novas eleições devem ocorrer em 2020.

Há no país liberdade de culto, existindo templos de diversas religiões. Tradicionalmente há boa convivência entre diferentes vertentes do islã (xiitas representam entre 30 e 40% dos nacionais kuwaitianos, sendo a maioria sunita). Como em outros países da região, há uma grande proporção de estrangeiros no Kuwait – de uma população total de cerca de 4,3 milhões, menos de 30% seriam kuwaitianos.

O Kuwait tem, também, numerosa e antiga população de apátridas (chamados "*bidoons*" – do árabe, "*bidoon jinsiya*", ou "sem nacionalidade"), que chegariam a 100.000.

POLÍTICA EXTERNA

Desde o século XVIII, resguardar a **autonomia** kuwaitiana em face de vizinhos mais populosos e poderosos configurou a prioridade máxima das elites locais e a diplomacia sempre figurou como ferramenta útil para esse fim. Usando rivalidades regionais e a localização estratégica a seu favor, o Kuwait contou com protetores externos – otomanos e, mais tarde, britânicos – que providenciaram segurança, sem, em geral, interferir em assuntos internos kuwaitianos. Essa linha de ação manteve-se mesmo após a independência, em 1961, quando o Kuwait – tendo como vizinhos mais próximos a Arábia Saudita, o Irã e o Iraque – solicitou a permanência de pessoal militar britânico. Após a retirada britânica do Golfo, em 1971, buscou-se estabelecer laços mais próximos com os EUA.

Não obstante, em 1990, o Kuwait foi invadido pelo **Iraque** e teve sua soberania suprimida à força. Além das antigas reivindicações territoriais iraquianas (decorrentes da antiga vinculação do Kuwait à província otomana de Basra), o Iraque se ressentia do que entendia ser "traição" por

parte das monarquias do Golfo: apesar de terem apoiado o Iraque em sua guerra com o Irã (1980-1988), o Kuwait e outros países não haviam perdoado as dívidas contraídas durante o conflito, além de supostamente estarem produzindo petróleo além da cota acordada pela OPEP, minando, assim, a recuperação econômica iraquiana.

A intervenção de coalizão internacional liderada pelos EUA e chancelada pela ONU restabeleceu, em 1991, a independência kuwaitiana, mas a destruição física e os traumas causados passaram a ocupar lugar central na política externa dos anos pós-guerra. No âmbito multilateral, o Kuwait buscou estreitar ainda mais os laços com membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em especial, com os EUA, e exigiu o fiel cumprimento por Bagdá de todas as resoluções aprovadas pelo CSNU relacionadas à conflagração. Após a invasão, tornou-se mais intensa, também, a utilização de sua capacidade econômico-financeira para atrair esses parceiros prioritários mediante concessões comerciais vantajosas e o direcionamento de seus excedentes financeiros para investimentos naqueles países. A participação na coalizão internacional contra o Iraque também passou a ser critério importante na condução das relações bilaterais kuwaitianas. Atualmente, o Kuwait apoia abertamente iniciativas que contribuam para a estabilização do país vizinho, tendo organizado, por exemplo, em 2018, Conferência Internacional para a Reconstrução do Iraque.

Nos anos 2000, a política externa kuwaitiana passou a buscar nova diversificação de parceiros e temas. Em julho de 2004, em viagem à China, o então chanceler Mohammed Al Sabah declarou inaugurada nova fase de “diplomacia econômica”, em contraste com o que chamou de “diplomacia preventiva”, que havia prevalecido até a queda de Saddam Hussein. A tônica dessa nova fase seria ir além das tradicionais relações com países do entorno regional imediato e países relevantes por questões de segurança, com vistas a aumentar o peso político do Kuwait, elevar os níveis de comércio e promover a diversificação da economia do país, dependente da indústria petrolífera.

O Kuwait mantém longa tradição de **assistência humanitária**, sobretudo a países árabes (Síria, Iêmen, Palestina, Jordânia, Egito), com amplo reconhecimento internacional (ONU, UE, Liga Árabe); o país organizou as Conferências Internacionais de Doadores em favor da **Síria** (em 2017 e 2018). O Emir do Kuwait foi agraciado pela ONU, em 2014, com o título de "Líder Humanitário". O Banco Mundial reconheceu oficialmente, em 2019, o protagonismo do Emir do Kuwait em prol do desenvolvimento econômico-social dos países em desenvolvimento.

No campo da **diplomacia econômica**, destaca-se o papel desempenhado pela *Kuwait Investment Authority* (KIA) e pelo *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED – apesar do nome, não se restringe a países árabes). Só a KIA recebe anualmente pelo menos 10% de todas as receitas governamentais do Kuwait. Analistas apontam que o fundo tem perfil cauteloso, concentrando seus investimentos em economias desenvolvidas. Já o KFAED é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento com países em desenvolvimento, por meio de empréstimos subsidiados. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente, solicitados por autoridades de nível local ou nacional.

Apesar dos esforços de diversificação, as relações bilaterais mais importantes para o Kuwait continuam a ser com os **EUA** e com os principais países de seu entorno geográfico. A relação com os EUA é marcada pela gratidão pela libertação do país, em 1991, bem como pela presença constante de forças militares norte-americanas no país, importante fator de dissuasão. O Kuwait constituiu centro de logística e coordenação para a invasão norte-americana do Iraque em 2003, tendo sido registrada a permanência de uma média de 15 a 20 mil militares estadunidenses no país nos anos seguintes ao conflito. Ao longo dos anos 2000, contudo, os EUA deixaram de ser principal parceiro comercial do Kuwait, com as exportações de petróleo kuwaitianas concentrando-se cada vez mais em países asiáticos (Coreia do Sul, China, Japão e Índia).

Outras relações bilaterais centrais para o Kuwait são aquelas com os principais vizinhos regionais. O Kuwait possui laços tradicionalmente próximos e amistosos com a **Arábia Saudita**, país parceiro no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Assim como os demais membros menores do CCG, no entanto, o Kuwait busca resguardar sua autonomia com relação a Riade, sendo refratário a iniciativas para maior integração institucional dentro do bloco.

O **Irã** representa, também, desafio complexo para a política externa kuwaitiana. O Kuwait vê com reservas o papel desempenhado regionalmente pelo Irã, além de temer possível influência iraniana em seu plano interno. Apesar disso, o Governo kuwaitiano tem propugnado o diálogo com Teerã, defendendo o direito do Irã de desenvolver programa nuclear pacífico e apoiando o acordo nuclear P5+1 – Irã (JCPoA). A Chancelaria kuwaitiana manifestou-se de forma cautelosa sobre a retirada dos EUA do JCPoA, afirmando que compreende e respeita a decisão de Washington, mas sem endossá-la expressamente, como fizeram Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos (EAU).

Desde sua independência, o Kuwait busca exercer influência moderadora em seu entorno regional, tendo participado de diversas iniciativas de **mediação** de conflitos. Em julho de 2017, com a eclosão de crise diplomática entre Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito (o "quarteto"), de um lado, e o Catar, do outro, o emir do Kuwait buscou mediar a disputa. A iniciativa kuwaitiana, apesar de ter sido publicamente saudada pelas partes envolvidas, não logrou sucesso e enfrentou intransigência da parte do "quarteto".

O Kuwait participa formalmente da coalizão liderada pela Arábia Saudita no **Iêmen**, mas, desde 2017, a participação do país tem sido discreta. O Chanceler kuwaitiano tem afirmado que a solução para o conflito deve ser política, não militar. Em 2016, o Kuwait sediou rodadas de negociações entre o governo iemenita e os rebeldes houthis, que não avançaram.

O Kuwait é um dos principais defensores dos interesses **palestinos** na questão com Israel, opondo-se à normalização da ocupação israelense de territórios palestinos e ressaltando a necessidade de que um acordo de paz seja fundamentado pelo direito internacional.

O Kuwait indicou a intenção de integrar a coalização naval liderada pelos Estados Unidos ("International Maritime Security Construct" (**IMSC**)) para garantir a segurança de navegação no Golfo.

ECONOMIA

O Kuwait é o quinto maior produtor da OPEP, 9ª no mundo, com reservas de petróleo que correspondem a 6% do total mundial. Com PIB de US\$ 152,37 bilhões, o país detém a 8ª maior renda per capita PPP do mundo (US\$ 69.257).

No final da década de 1930, o Kuwait iniciou etapa de transição econômica, deixando de ter no comércio e na extração de pérolas suas principais atividades, substituindo-as pela extração de petróleo. A partir de então, a economia local tornou-se quase exclusivamente dependente do setor de hidrocarbonetos. Na década de 1950, o Kuwait transformou-se em um dos principais produtores e exportadores mundiais de gás natural e petróleo. Em 1976, o governo completou o processo de nacionalização da indústria petrolífera, o que, somado ao aumento de preços do primeiro choque do petróleo, três anos antes, resultou em rápido incremento da capacidade financeira do governo.

Segundo avaliação da OPEP, o Kuwait detém reservas equivalentes a 102 bilhões de barris de petróleo, 1,8 bilhões de metros cúbicos de gás natural e tem um dos menores custos de produção, da ordem de US\$ 5 por barril. A renda do setor petrolífero representa mais de 80% das receitas governamentais e a indústria de hidrocarbonetos responde por mais de 60% do PIB e cerca de 90% das exportações. A exploração de petróleo e gás é feita pela *Kuwait Petroleum Corporation* (KPC), com 100% do capital de propriedade do Estado do Kuwait, e por meio de suas subsidiárias.

Até o início da pandemia de COVID-19, o Kuwait produzia 2,9 milhões de barris/dia e exportava em torno de 2,5 milhões. Cerca de 75% das exportações kuwaitianas de petróleo e derivados (US\$ 42 bilhões) têm como destino cinco países da Ásia (Coreia do Sul, US\$ 8,68 bilhões; China, US\$ 8,16 bilhões; Índia, US\$ 5,74 bilhões; Japão, US\$ 5,37 bilhões; e, Singapura, US\$ 2,94 bilhões).

A crise econômica de 2008 e a consequente contração da demanda por hidrocarbonetos repercutiram negativamente na economia do país, resultando em contração de -7,1%, em 2009, e de -2,4%, em 2010. As taxas de crescimento têm oscilado intensamente: após breve período de recuperação, com crescimento superior a 6% em 2011 e 2012, a economia kuwaitiana vem crescendo lentamente desde então (0,5% em 2014, 1,8% em 2015, 2,9% em 2016, 0,2% em 2017, 2,33% em 2018 e 4,06% em 2019).

O governo do Kuwait lançou, em 2017, o plano de desenvolvimento nacional "Kuwait Vision 2035", que almeja diminuir a dependência econômica na indústria do petróleo e transformar o país em um centro comercial e financeiro até 2035, principalmente através de investimentos em infraestrutura e reformas legislativas e institucionais. Foram divulgados ambiciosos projetos de construção, como "cidades ecológicas", estádios, terminais portuários e outros. Gastos governamentais associados ao plano, principalmente no setor de construção civil, contudo, têm aumentado o déficit fiscal. A esses gastos se somam subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos – mais de 80% dos kuwaitianos empregados trabalham para o governo.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio emir recomendado cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, têm sido escassas as medidas práticas nesse sentido. O Kuwait foi o último membro do CCG a revisar sua política de volumosos subsídios aos combustíveis, em 2016.

A retração do preço do petróleo nos últimos anos teve impacto significativo no déficit público, cujo orçamento se sustenta praticamente apenas com a renda advinda desse produto. Com isso, o governo tem sido obrigado a buscar financiamento externo, que atingiu 25% do PIB (US\$ 140,5 bilhões, em 2019). O orçamento do Estado kuwaitiano para o ano fiscal de 2020 (1 de abril a 31 de março de 2021) tem um déficit estimado em US\$ 30,5 bilhões (1,19% maior do que o de 2019), sem serem contabilizadas as despesas excepcionais durante a pandemia de COVID-19.

Como medidas para enfrentar os desafios econômicos criados pela pandemia, o Banco Central adotou uma série de medidas de apoio às empresas. A Associação dos Bancos anunciou uma moratória de seis meses para o pagamento de empréstimos contraídos por pessoas físicas e pequenas e médias empresas.

Enquanto a maioria dos kuwaitianos trabalha no setor público, com melhores salários, benefícios, e reduzidas horas de trabalho, os trabalhadores estrangeiros atuam no setor privado. O governo oferece incentivos financeiros para seus nacionais que trabalhem no setor privado e impõe quotas de emprego de kuwaitianos às empresas. Apesar disso, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas) e de outros países árabes (Egito, Líbano, Síria etc.).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

c. 1710	Tribos do interior da Península Arábica, incluindo a família Al Sabah, migram para o Kuwait.
1756	Sabah bin Jaber (Sabah I) é eleito xeique do Kuwait pelas oligarquia mercantil locais, fundando a dinastia Al Sabah.
1793-1797	Invasões do Kuwait pelo "Primeiro Estado Saudita" são repelidas.
1897	O Império Otomano reconhece o xeique Mubarak Al Sabah como subgovernador do Kuwait.
1899	Mubarak assina acordo de protetorado com o Reino Unido.
1913	A Convenção Anglo-Otomana reconhece o Kuwait como vassalo do Império Otomano.
1914	Início da I Guerra Mundial, Reino Unido declara nula a Convenção Anglo-Otomana e reconhece a autonomia kuwaitiana do Império Otomano.
1920	Invasão do Kuwait por tropas leais aos Al Saud é repelida.
1934	A Kuwait Oil Company é formada com capital britânico e inicia prospecções.
1938	Primeira extração exitosa de petróleo em território kuwaitiano. Movimento "Majlis" reivindica representação popular.
1946	Início da extração comercial de petróleo no Kuwait.
1950	Abdullah Al Salem (Abdullah III) se torna xeique, governando até 1965.
1960	A Kuwait National Petroleum Company é fundada. A OPEP é fundada, sendo o Kuwait membro fundador.
1961	O Kuwait se torna independente, Abdullah III torna-se seu primeiro emir. O Kuwait Fund for Arab Economic Development (KFAED) é criado. A Liga Árabe aceita o Kuwait como membro, sob protestos iraquianos.
1962	A Constituição kuwaitiana é ratificada pelo emir.
1963	Primeiras eleições para a Assembleia Nacional.
1965	Sabah III se torna emir, governando até 1977.
1976	O Kuwait nacionaliza a indústria petrolífera .
1977	Jaber III se torna emir, governando até 2006.
1980-1988	Guerra Irã-Iraque, o Kuwait apoia o Iraque.
1981	O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) é formado.
1990	Em 2 de agosto, o Iraque invade e anexa o Kuwait, iniciando Guerra do Golfo. O emir Jaber III parte para o exílio na Arábia Saudita.

	A Resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU ordena a retirada imediata das tropas iraquianas. Coalizão internacional para a libertação do Kuwait é formada, liderada pelos EUA.
1991	Em 17 de janeiro a operação "Desert Storm" inicia a expulsão das tropas iraquianas, concluída em 27 de fevereiro.
2003	Coalizão liderada pelos EUA invade o Iraque, tendo no Kuwait base de apoio logístico.
2006	Falecimento do Emir Jaber Al Ahmad Al Sabah, em janeiro. O Príncipe-Herdeiro Saad Al Salem Al Sabah, pertencente ao ramo Salem da família real, assume o poder. Em face do estado de saúde fragilizado de Saad, e depois de negociações internas à família real, o parlamento votou por sua destituição após um breve reinado de 9 dias. O então Primeiro-Ministro Sabah Al Ahmad Al Sabah é nomeado Emir, posição que ocupa desde 29 de janeiro de 2006.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

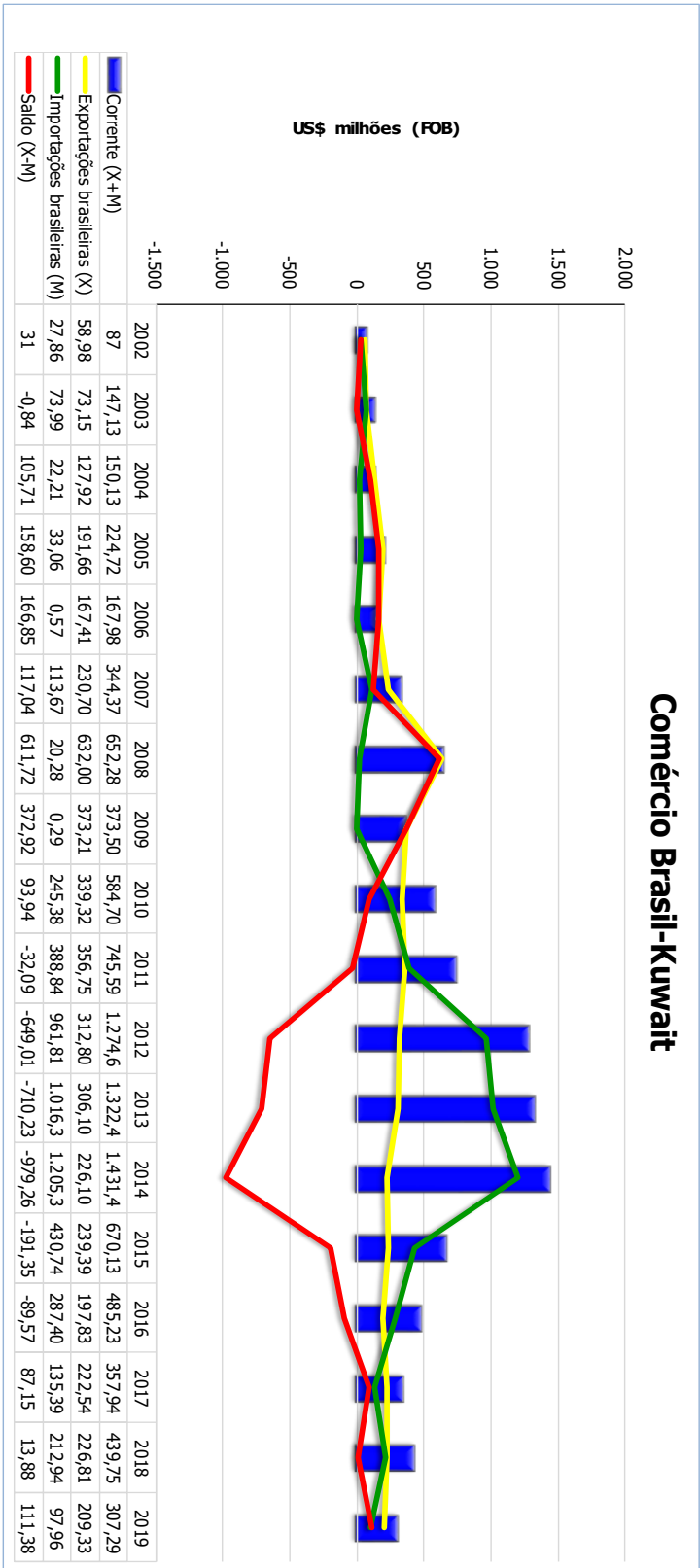
1968	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait (20 de janeiro). Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da embaixada no Cairo (Decreto n. 62.238, de 8/2/68).
1973	Embaixada do Brasil no Kuwait passa a ser cumulativa com a embaixada do Brasil em Jedá (Decreto n. 73.243, de 3/12/73).
1975	Visita oficial a Brasília do então ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje emir do Kuwait, xeique Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah. Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral (março). A missão diplomática brasileira no Kuwait passa a ser residente na Cidade do Kuwait (Decreto n. 75.547, de 1/4/75). Abertura da missão diplomática kuwaitiana em Brasília (agosto).
1977	I Reunião da Comissão Mista, no Kuwait (maio).
1979	II Reunião da Comissão Mista, em Brasília (maio).
1980	Visita do ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna, ao Kuwait. Visita do ministro das Finanças do Kuwait, Abdul-Haman al Atiqi, a Brasília.
1981	Visita do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Kuwait.
1983	Visita do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, ao Kuwait.
1986	Visita do ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, ao Kuwait.
1992	O emir do Kuwait, xeique Jaber Al Ahmad Al Sabah, chefia a delegação de seu país à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Rio-92).
1993	Criado, em março, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Grupo Parlamentar Brasil-Kuwait. Visita do ministro kuwaitiano da Informação, xeique Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do emir.
1994	Visita do ministro do Exército, general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, ao Kuwait.
2002	Visita ao Kuwait do secretário-geral das Relações Exteriores, Osmar Chohfi. Assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas bilaterais (maio).
2005	Visita oficial do chanceler Celso Amorim ao Kuwait (fevereiro) e assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural. O ministro dos Negócios Estrangeiros, xeique Mohammed Sabah Al Salem Al Sabah, chefia a delegação kuwaitiana à I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em Brasília (maio).
2010	O primeiro-ministro do Kuwait, xeique Nasser Al Sabah, visita Brasília em caráter oficial (julho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, ao Kuwait (dezembro).
2012	A xeica Amthal Al Ahmad Al Jaber Al Sabah, irmã do emir do Kuwait, chefia a delegação kuwaitiana à Conferência Rio+20 (junho).

2015	Delegação parlamentar kuwaitiana, liderada pelo deputado Askar Al Enzi, visita Brasília (27 de setembro a 1 de outubro).
2017	Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, ao Kuwait (maio).
2018	Visita ao Brasil do vice-ministro da Eletricidade e Água do Kuwait, Mohammed Bosheri, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (18-23 de março). I Reunião de Consultas Bilaterais, no Kuwait (30 de junho). Publicada, em Brasília e na Cidade do Kuwait, Declaração Conjunta por ocasião dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait (30 de junho).
2019	Visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, ao Kuwait (18 setembro). Encontro entre o Chanceler Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, Sabah Al Khalid Al Sabah, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (27 de setembro). Visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, ao Kuwait (de 11-15 de dezembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Cote d'Ivoire	23/3/1975	10/2/1976	11/3/1976
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Cote d'Ivoire	25/3/1975	25/3/1975	Publicação direta
Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de Consultas Bilaterais	8/5/2002	8/5/2002	22/7/2002
Acordo de Cooperação Cultural	23/2/2005	17/5/2010	24/9/2014
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/7/2010	29/1/2019	7/11/2019
Acordo de Cooperação Técnica	22/7/2010	Em processo de ratificação	
Emenda ao Acordo de Cooperação	22/7/2010	11/2/2019	1/8/2019
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva	22/7/2010	7/2/2011	10/8/2011
Memorando de Entendimento entre Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	22/7/2010	21/12/2016	13/1/2017

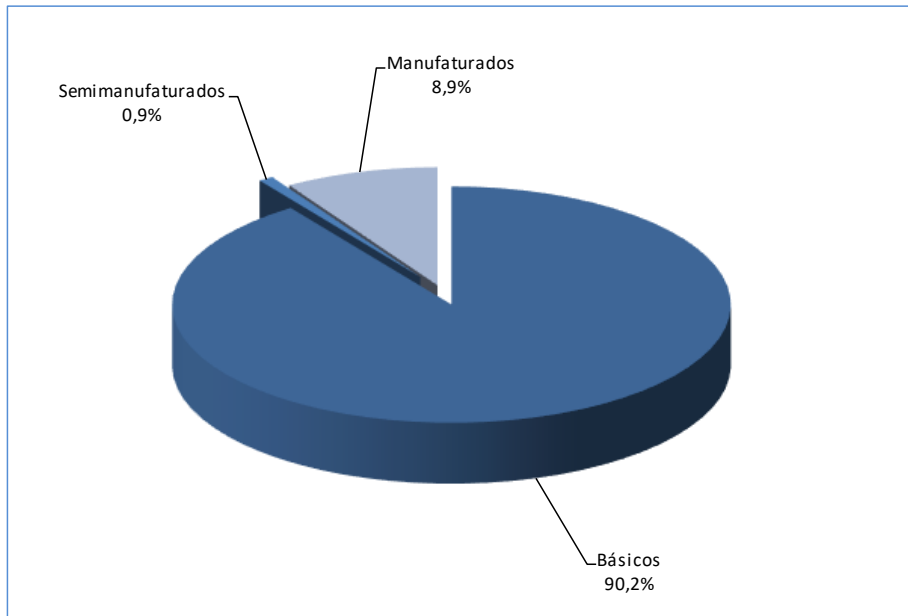
INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



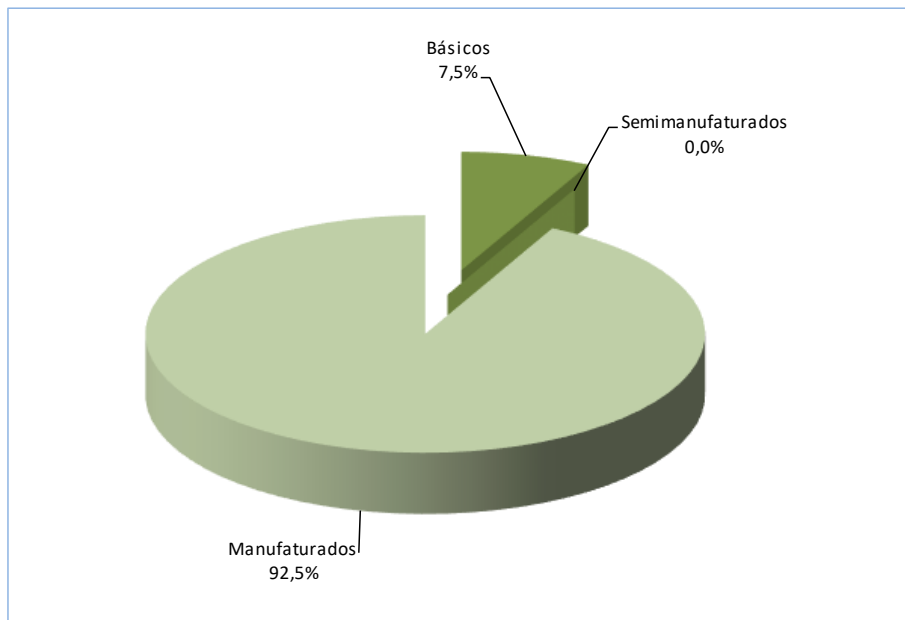
Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEXSTAT, Janeiro 2020.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2019

Exportações



Importações



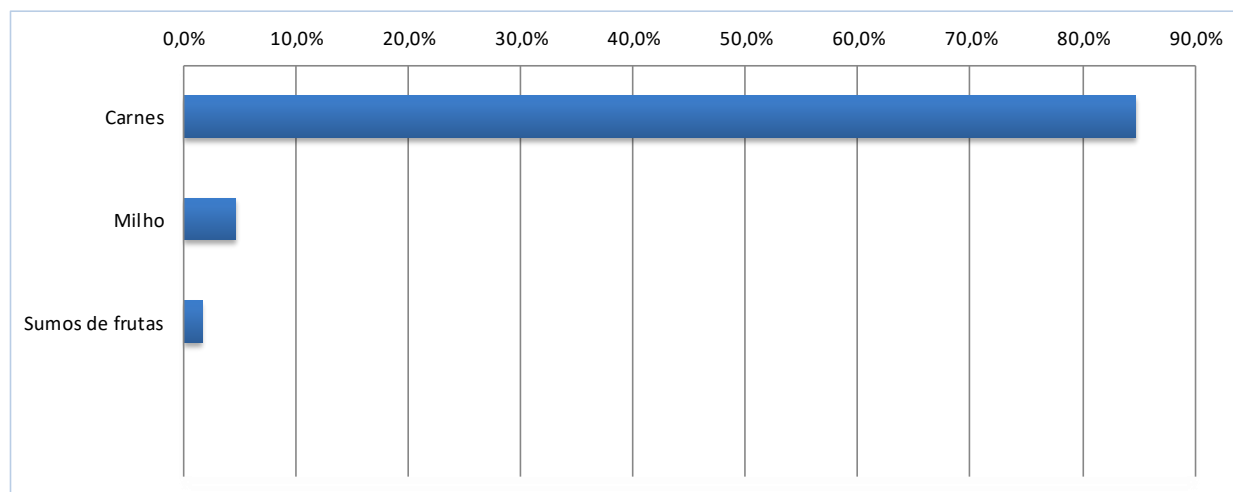
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Composição das exportações brasileiras para o Kuwait
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	190,04	85,4%	186,61	82,3%	177,43	84,8%
Milho	4,57	2,1%	14,95	6,6%	9,76	4,7%
Sumos de frutas	2,10	0,9%	2,84	1,3%	3,40	1,6%
Subtotal	196,70	88,4%	204,41	90,1%	190,59	91,0%
Outros	25,84	11,6%	22,41	9,9%	18,74	9,0%
Total	222,54	100,0%	226,81	100,0%	209,33	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

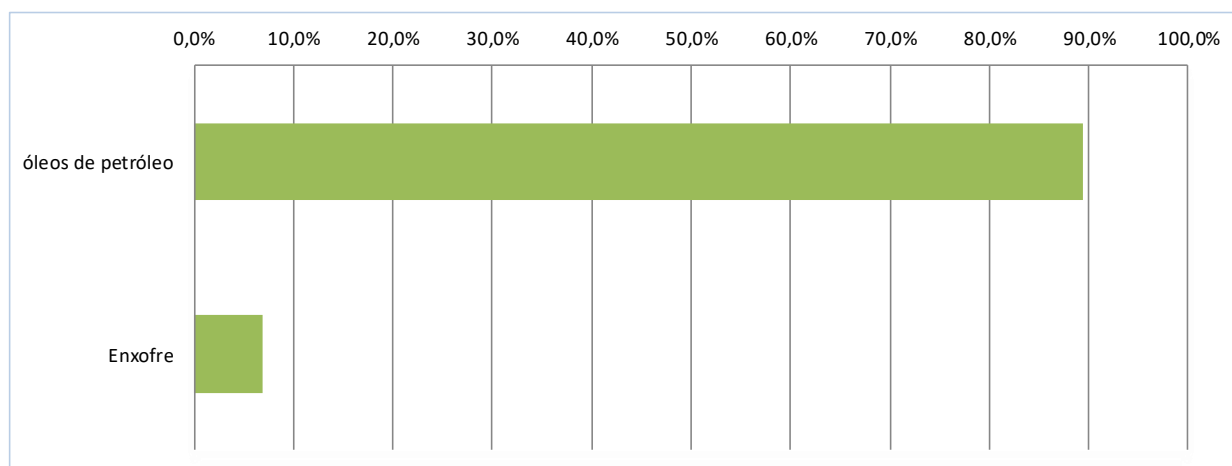


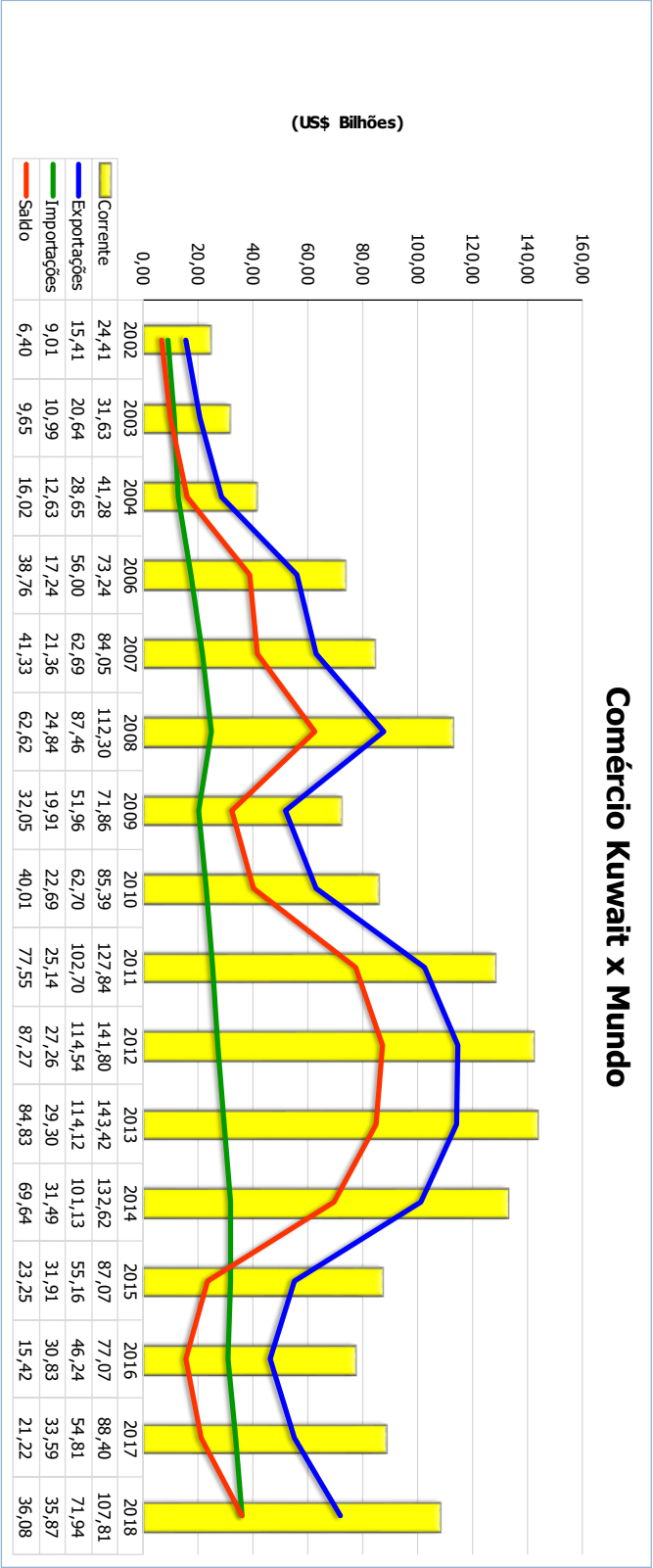
Composição das importações brasileiras originárias do Kuwait
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
óleos de petróleo	85,34	63,0%	110,33	51,8%	87,57	89,4%
Enxofre	4,96	3,7%	6,40	3,0%	6,79	6,9%
Subtotal	90,30	66,7%	116,72	54,8%	94,36	96,3%
Outros	45,10	33,3%	96,22	45,2%	3,60	3,7%
Total	135,39	100,0%	212,94	100,0%	97,96	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018





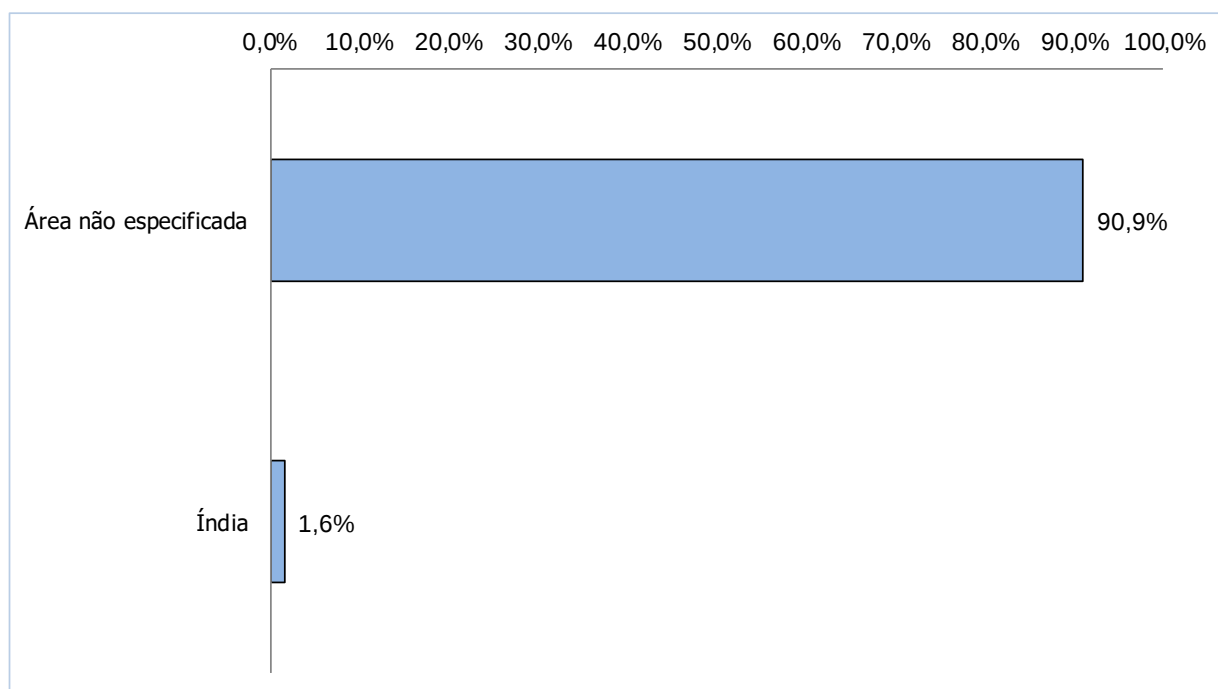
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Tradeapp, January 2020.

Principais destinos das exportações do Kuwait
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Área não especificada	65,37	90,9%
Índia	1,14	1,6%
...		
<i>Brasil (19º lugar)</i>	<i>0,06</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	66,57	92,5%
Outros países	5,37	7,5%
Total	71,94	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais destinos das exportações

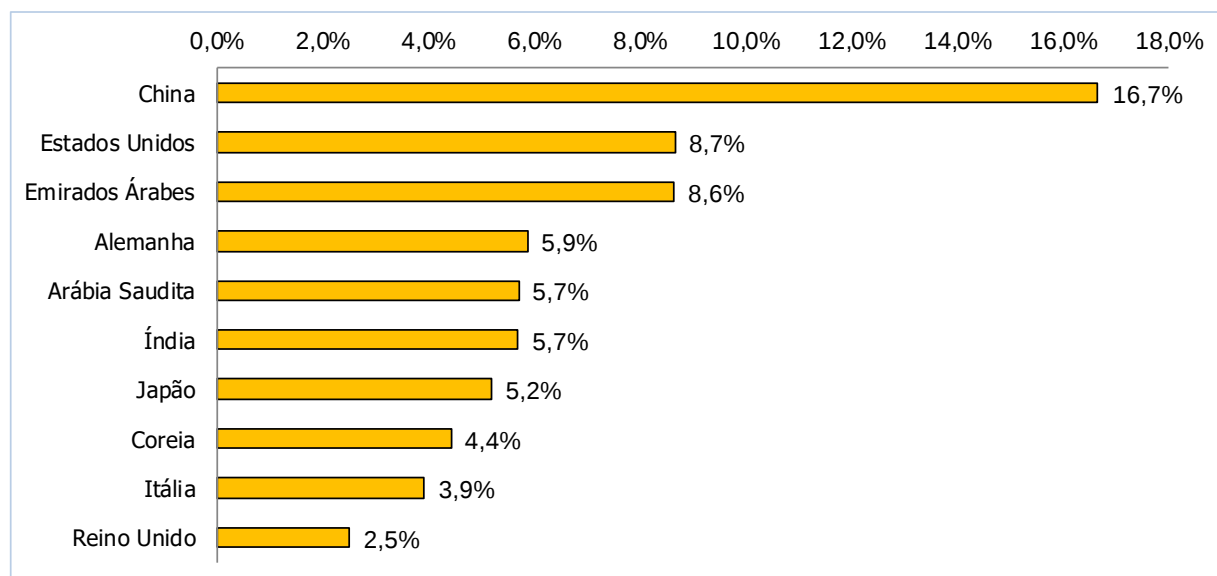


Principais origens das importações do Kuwait
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	5,98	16,7%
Estados Unidos	3,10	8,7%
Emirados Árabes	3,10	8,6%
Alemanha	2,10	5,9%
Arábia Saudita	2,04	5,7%
Índia	2,04	5,7%
Japão	1,86	5,2%
Coreia	1,59	4,4%
Itália	1,41	3,9%
Reino Unido	0,90	2,5%
...		
<i>Brasil (23º lugar)</i>	<i>0,29</i>	<i>0,8%</i>
Subtotal	24,41	68,1%
Outros países	11,45	31,9%
Total	35,87	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais origens das importações

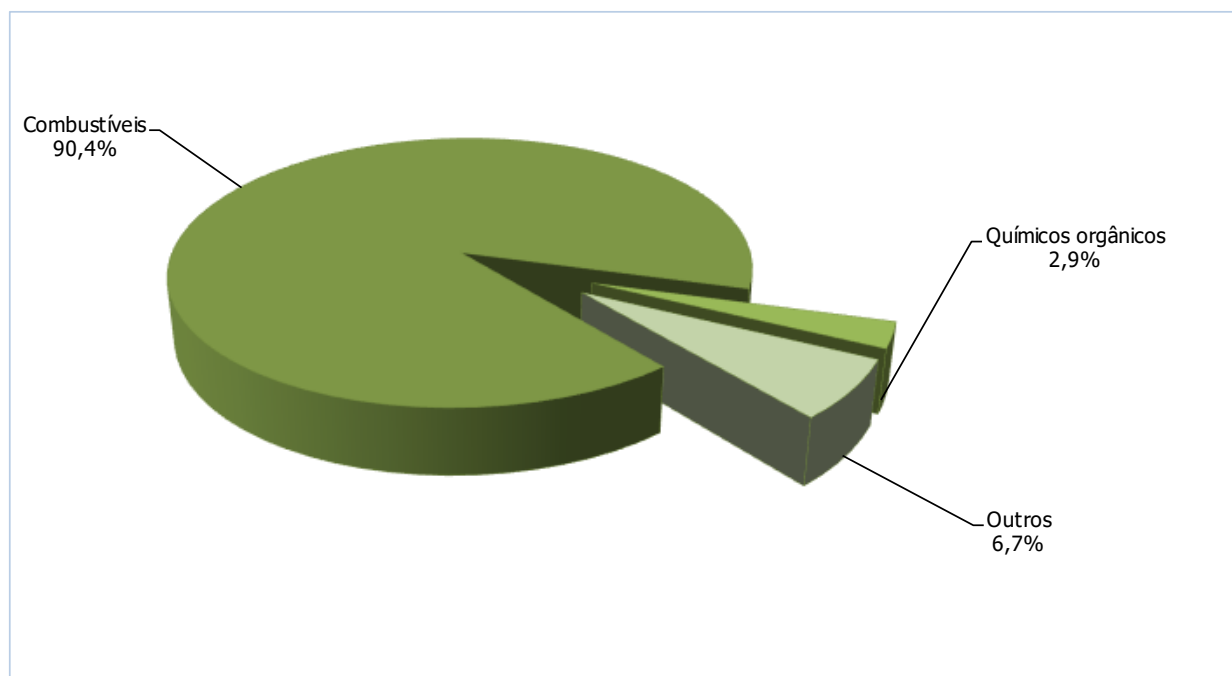


Composição das exportações do Kuwait
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	65,00	90,4%
Químicos orgânicos	2,10	2,9%
Subtotal	67,10	93,3%
Outros	4,84	6,7%
Total	71,94	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

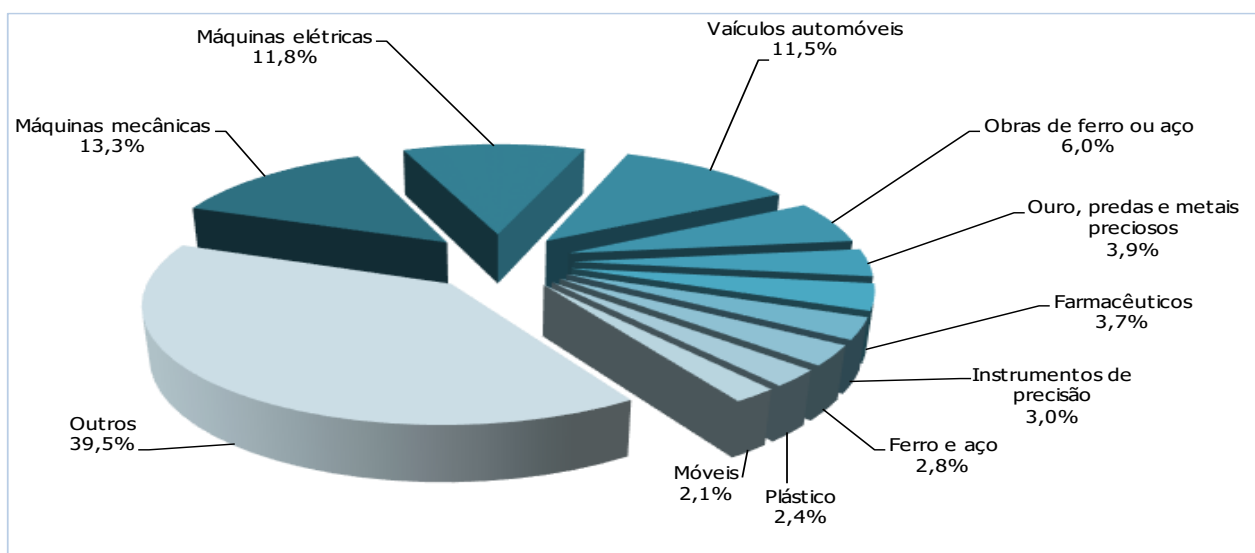


Composição das importações do Kuwait US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	4,76	13,3%
Máquinas elétricas	4,24	11,8%
Vaículos automóveis	4,14	11,5%
Obras de ferro ou aço	2,16	6,0%
Ouro, pedras e metais preciosos	1,39	3,9%
Farmacêuticos	1,33	3,7%
Instrumentos de precisão	1,08	3,0%
Ferro e aço	1,01	2,8%
Plástico	0,86	2,4%
Móveis	0,74	2,1%
Subtotal	21,70	60,5%
Outros	14,17	39,5%
Total	35,87	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Kuwait

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,33%	4,06%	4,11%	4,00%	3,77%
PIB nominal (US\$ bilhões)	144,52	152,37	158,09	165,09	172,99
PIB nominal "per capita" (US\$)	31.916	32.737	33.044	33.571	34.222
PIB PPP (US\$ bilhões)	303,32	322,36	342,02	362,32	382,99
PIB PPP "per capita" (US\$)	66.982	69.257	71.488	73.677	75.768
População (milhões habitantes)	4,53	4,66	4,78	4,92	5,06
Desemprego (%)	1,13%	1,13%	1,13%	1,14%	1,13%
Inflação (%) ⁽²⁾	0,80%	3,00%	3,60%	3,20%	2,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	11,35%	11,01%	8,92%	7,17%	5,79%
Dívida externa (US\$ bilhões)	37,29	49,07	57,80	58,83	60,42
Câmbio (KD / US\$) ⁽²⁾	0,31	0,30	0,30	0,29	0,29

Origem do PIB (2017 Estimativa)

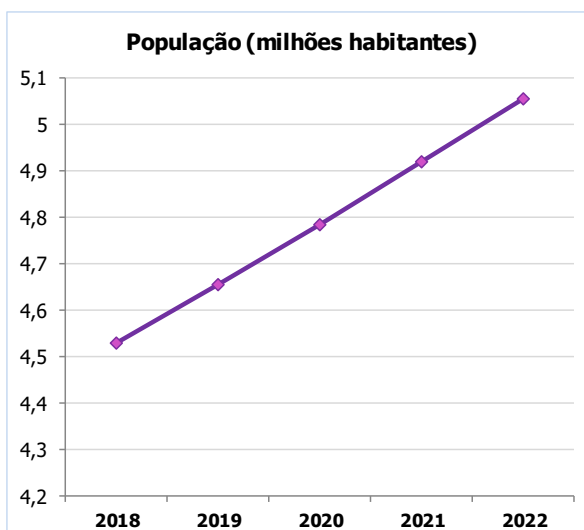
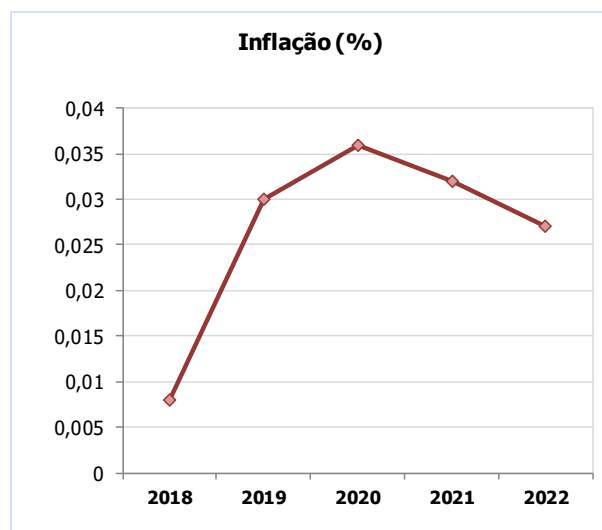
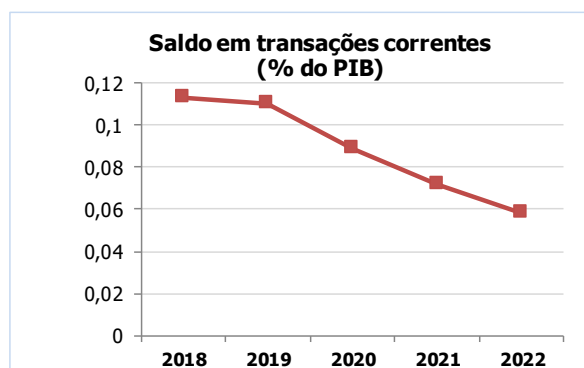
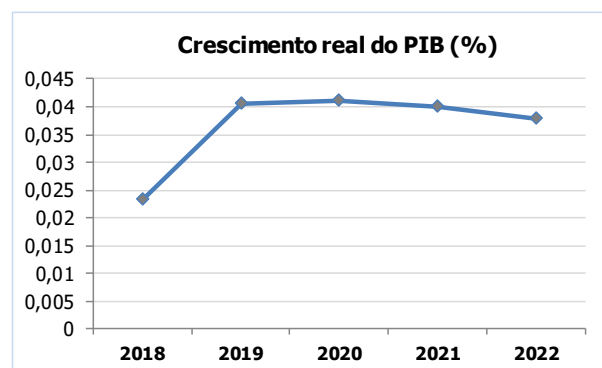
Agricultura	0,4%
Indústria	58,7%
Serviços	40,9%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook e da ONU através do estudo "HUMAN DEVELOPMENT INDICES AND INDICATORS: 2018 STATISTICAL UPDATE" do Programa de desenvolvimento das Nações Unidas in February 2019.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE
MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

BAHREIN



**MAÇO INFORMATIVO
Junho de 2019**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Reino do Bahrein
CAPITAL:	Manama
ÁREA:	780 km ²
POPULAÇÃO:	1,48 milhões de habitantes, dos quais cerca de 580.000 detêm nacionalidade bahreinita
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã 99,8% (69,8% xiitas e 29,0% sunitas)
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento bicameral, composto por 40 membros eleitos para mandatos de quatro anos e 40 membros indicados pelo rei.
CHEFE DE ESTADO:	Rei Hamad bin Isa Al Khalifa
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Khalifa bin Salman Al Khalifa
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Abdullatif bin Rashid Al Zayani
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 38,29 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 44,495 bilhões
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 25.851
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 50.057
VARIAÇÃO DO PIB:	1,83% (2019), 1,74% (2018), 2,48% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,846 (43ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2017):	77 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	94,6 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	3,91%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar bahreinita
EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO BAHREIN:	Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta (residente no Kuwait)
EMBAIXADOR DO BAHREIN EM BRASÍLIA:	Encarregado de negócios, a.i., Bader Abbas Hasan Ahmed Alhelaibi (ainda não foi solicitado agrément para embaixador residente em Brasília)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 200

Brasil → Bahrein	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019
Intercâmbio	70,837	137,722	115,664	250,870	707,080	311,894	382,635	434,173	532,71	788,36
Exportações	70,837	137,722	113,834	249,391	691,143	258,411	309,107	339,418	416,18	676,50
Importações	0	0	1,830	1,479	15,937	53,482	73,528	94,755	116,53	111,87
Saldo	70,837	137,722	112,004	247,912	675,206	204,929	235,579	244,663	299,65	564,63

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE O REI HAMAD BIN ISA AL KHALIFA REI DO BAHREIN



Nasceu em 28 de janeiro de 1950, na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país. É casado e tem doze filhos.

Em 1971, foi designado ministro da Defesa, posto que manteve até 1999. Em 1972, frequentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Levenworth, e a Universidade do Kansas. No mesmo ano, obteve diploma em Administração Militar pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bahrein, empenhou-se decisivamente no processo de desenvolvimento econômico e social do país e no fortalecimento da Força de Defesa do Bahrein.

Ascendeu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xequie Isa bin Salman Al Khalifa.

Empreendeu uma série de reformas políticas liberalizantes no Bahrein, destacando-se a nova Constituição, outorgada em 2002. Após a "primavera árabe", intensificou política de contenção da maioria xiita no país.

SUA ALTEZA O XEIQUE KHALIFA BIN SALMAN AL KHALIFA
PRIMEIRO-MINISTRO DO BAHREIN



Nascido em 24 de novembro de 1935, é o segundo filho do Xeique Salman Al Khalifa, governante do Bahrein entre 1942 e 1961, e tio do Rei Hamad.

Não recebeu educação formal, mas teve extensa carreira política, constituindo figura extremamente influente no país. Assumiu cargos como no Conselho de Educação e no Conselho de Eletricidade do Bahrein. É também o empresário mais importante do país.

Tornou-se Primeiro-Ministro com a independência do Bahrein, em 1971, sendo, atualmente, o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade do cargo em todo o mundo.

SUA EXCELÊNCIA ABDULLATIF BIN RASHID AL ZAYANI
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Nascido em 1964 em Muharraq, no Bahrein, graduou-se na Academia Militar Real do Bahrein. Possui ampla experiência na área de Defesa, tendo estudado na Academia Militar de Sandhurst no Reino Unido, em 1973, e Engenharia Aeronáutica na Perth College, na Escócia, em 1978. Obteve, em 1980, o título de mestre em Logística do Instituto de Tecnologia da Força Aérea em Dayton, Ohio, e, em 1986, o de doutor em Operações pela Escola de Pós-graduação Naval em Monterrey, Califórnia.

Serviu na Forças de Defesa do Bahrein, exercendo diversas funções de direção. Em 2004, foi transferido para o Ministério do Interior, atuando como Chefe de Segurança Pública, sendo responsável pelas operações policiais e de contraterrorismo. Em 2010, passou a atuar no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2011, foi eleito Secretário-Geral do Conselho de Cooperação Golfo, cargo que ocupou até sua designação como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrein, em 11 de fevereiro de 2020.

APRESENTAÇÃO

O Bahrein é formado por 84 ilhas no Golfo, sendo apenas as três maiores ilhas – Bahrein, Umm Nassam e Al Muharraq – habitadas. Não possui limites terrestres com nenhum país vizinho, sendo conectado à Arábia Saudita apenas por meio da Ponte do Rei Fahd. Atribui-se o nome Bahrein, livremente traduzido como “dois mares”, à existência de fontes de água doce em seu território e ao mar que circunda o arquipélago.

A posição geográfica do arquipélago favoreceu que se tornasse, desde a Antiguidade, importante entreposto comercial. Situava-se no Bahrein o Reino de Dilmun, que controlava, desde aproximadamente 3000 a.C., as rotas comerciais do Golfo. Seu território também esteve, posteriormente, sob o controle de assírios, de persas e de árabes. Os portugueses instalaram-se no território em 1521, permanecendo até serem derrotados pelo Império Safávida. O comando pelos persas abriu caminho para a predominância do xiismo na região, confissão até hoje majoritária no Bahrein.

Durante o século XVIII, tribos sunitas oriundas do Najd lançaram invasões sobre o território que hoje constitui o Bahrein, expulsando definitivamente os persas em 1783, sob a liderança de Ahmed Mohammed bin Khalifa. Após invasões capitaneadas pelos Al Saud, atual dinastia saudita, e pelos Al Said, atual dinastia omani, os Al Khalifa reconquistaram o poder no Bahrein com apoio britânico. Forjou-se, assim, a predominância britânica sobre o pequeno emirado.

Com o anúncio da decisão britânica de se retirar do Golfo, em 1968, o Bahrein integrou o processo negociador que deveria culminar em uma confederação unindo os “Estados da Trégua”, correspondendo ao território dos atuais Emirados Árabes Unidos (EAU), Catar e Bahrein. Diante do impasse das negociações, o Bahrein buscou tornar-se um Estado independente. Restavam ainda, contudo, questões referentes às reclamações territoriais iranianas sobre o arquipélago. Em 1970, as Nações Unidas promoveram eleições para averiguar se a população que habitava o Bahrein, majoritariamente xiita, preferia a independência ou a transferência ao controle do Irã, país também predominantemente xiita. Relatório do Representante Pessoal do Secretário-Geral concluiu que a maior parte da população preferia a independência, de forma que, por meio da Resolução 278 do Conselho de Segurança, o Bahrein tornou-se um Estado independente.

Ao longo do século XIX, o Bahrein manteve grande importância como centro comercial e destacou-se, também, pela produção de pérolas, consideradas, à época, as melhores do mundo. Em 1930, empresas americanas realizaram, no Bahrein, a primeira descoberta de petróleo na região do Golfo. O Bahrein conta hoje, no entanto, com as menores reservas de petróleo entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo e, em razão disso, desde o final do século XX, investe na transição para uma economia pós-petrolífera, enfatizando os setores de produção industrial, principalmente alumínio, de turismo e de finanças, em particular, finanças islâmicas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1974. A Embaixada do Brasil em Jedá, na Arábia Saudita, representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1983, ano em que a representação brasileira junto ao então Estado do Bahrein passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuwait – situação que perdura até hoje. Missão diplomática do Bahrein em Brasília foi aberta em 2014, mas ficou desativada até agosto de 2018, quando foi designado encarregado de negócios residente em Brasília. O Brasil conta com cônsul honorário em Manama – Senhor Khaled Ghozlani. Há expectativa do lado bahreinita de que o Brasil possa abrir, quando possível, Embaixada residente em Manama.

Tradicionalmente, as relações bilaterais se concentraram na área financeira. Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama entre 1976 e 1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação, no Brasil, sucursal da *Arab Banking Corporation* do Bahrein, que atende pelo nome de Banco ABC.

Não há registro de **visitas de alto nível** brasileiras desde 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, fez breve visita ao Bahrein, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em maio de 2005, o chanceler do Bahrein participou da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Brasília.

Assinou-se, em 1 de julho de 2018, o Memorando de Entendimento para o estabelecimento de *Consultas Políticas bilaterais*, tendo a primeira reunião do mecanismo ocorrido no mesmo dia. Tratou-se do primeiro instrumento interinstitucional entre ambos os países. Em 17 de setembro de 2019, teve lugar, em Brasília, a II Reunião de Consultas Políticas. A delegação bahreinita à reunião foi chefiada pelo Subsecretário para Assuntos Internacionais da Chancelaria, Xeiue Abdulla bin Ahmed Al Khalifa. Na ocasião, a delegação bahreinita foi recebida, também, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministro da Defesa e pelos Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O **intercâmbio comercial** bilateral evoluiu expressivamente desde 2000, passando de US\$ 58 milhões para US\$ 788 milhões, em 2019, com superávit de US\$ 565 milhões para o Brasil. Em relação a 2018, a corrente de comércio aumentou em 47%, impulsionada pela ampliação em 62% das exportações brasileiras, compostas, basicamente, por minério de ferro (89% do total) e carnes de aves (7,2%). No mesmo ano, o Brasil importou do Bahrein US\$ 111,9 milhões, com destaque para produtos de fiação (46% do total), adubos ou fertilizantes (19%) e óleos combustíveis de petróleo (14%).

Há considerável potencial de expansão das relações comerciais por meio da

exploração de complementaridades. Há, no Bahrein – semelhantemente aos demais países do Golfo – grande demanda por alimentos importados, que é, parcialmente, satisfeita pelo Brasil, razão pela qual o Brasil é a oitava maior origem das importações bahreinitas. Empresas brasileiras controlam importante fatia do mercado de carne de frango (35% em 2018 – últimos dados disponíveis) do Bahrein. Registrou-se, no entanto, queda proporcional no setor em relação a anos anteriores (48% em 2017 e 45% em 2016).

Em novembro de 2017, foi firmado acordo entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria do Bahrein. O mecanismo procura estabelecer as bases para a abertura de canais de comunicação entre as comunidades empresariais dos dois países, podendo, dessa forma, estimular o incremento do fluxo e a diversificação da pauta comercial bilateral.

Registram-se, ainda, exemplos de parcerias de **investimentos** entre Brasil e Bahrein.

Historicamente, a presença de empresas brasileiras no Bahrein concentrou-se nos setores siderúrgico e financeiro, por meio da Vale e do Banco do Brasil (o Banco do Brasil encerrou suas atividades no Bahrein em 1995, e a Vale vendeu sua participação na *Gulf Industrial Investment Company* em 2006). No contexto do esforço de diversificação da economia bahreinita, criam-se oportunidades para a atuação de empresas brasileiras no Bahrein. Atualmente, a empresa MADEM S.A. possui planta de fabricação de bobinas de madeira no Bahrein. Dentre os investimentos de corporação bahreinita no Brasil, destaca-se a *Arab Banking Corporation*, que atua no Brasil sob o nome de Banco ABC. Seus maiores acionistas são, no entanto, o Banco Central da Líbia e a *Kuwait Investment Authority*.

O Bahrein é ainda considerado importante centro financeiro regional. Ademais, o Governo vem revendo obstáculos burocráticos à abertura de empresas estrangeiras, promovendo melhor ambiente de negócios. A localização geográfica do país facilita o acesso aos demais mercados regionais, abrindo-se oportunidades em diversos setores, dentre os quais se destacam: petróleo e gás, turismo, habitação e construção civil e indústria.

O fundo soberano bahreinita, *Mumtalakat Holding Company*, detém, aproximadamente, US\$ 16,8 bilhões em ativos e investe entre 25% e 30% de seu capital no exterior, sem investimentos diretos no Brasil. No entanto, o fundo opera por meio de aplicações em fundos de investimentos em terceiros países, que teriam parcela das aplicações no Brasil. As principais áreas de atuação do fundo são nos setores imobiliário, industrial, financeiro e agropecuário, setores nos quais o Brasil oferece significativas oportunidades.

Há grande potencial de intensificação em **cooperação em Defesa** entre Brasil e Bahrein.

Há uma relação histórica entre a Base Industrial de Defesa brasileira e as Forças de Defesa bahreinitas. O Bahrein já adquiriu o sistema Astros II, da Avibras, e outros produtos brasileiros como munição não-letal, da Condor, havendo potencial para ampliação do comércio.

Ademais, a Marinha do Brasil mantém cooperação estreita com as *Combined Maritime Forces* (CMF), coalizão naval criada em 2001 com o objetivo de garantir a segurança nas águas da região, sediada em Manama. Em 2013, foi criado o posto de oficial de ligação da Marinha do Brasil junto ao Estado-Maior das CMF. Em julho de 2018, o Brasil oficializou sua condição de membro das CMF. Dessa forma, o posto de oficial de ligação da Marinha do Brasil junto ao Estado-Maior das CMF transformou-se em Representante Nacional de Alto Nível. A Marinha do Brasil participa de suas operações.

Residem em Manama aproximadamente duzentos **cidadãos brasileiros**, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias.

POLÍTICA INTERNA

Protetorado britânico desde 1861, o Bahrein se tornou independente em 1971, sob a forma de monarquia constitucional, com o nome de Estado do Bahrein. A partir da Constituição de 2002, o país passou a chamar-se Reino do Bahrein, tendo o Emir Xeique Hamad bin Isa Al Khalifa – no poder desde 1999 – sido coroado rei. O país é dividido em quatro regiões administrativas ou distritos: a capital, Manama; a ilha de Muharraq; o Distrito Norte; e o Distrito Sul. O poder local é concentrado nas mãos dos governadores, em detrimento dos conselhos instituídos em 2002, cujos membros são eleitos.

Os poderes do monarca são amplos e incluem a criação de emendas constitucionais e de projetos de lei, decidindo sobre sua promulgação, a indicação do primeiro-ministro e de demais ministros, a titularidade do comando supremo das Forças Armadas, a aprovação de tratados, a nomeação de funcionários públicos, a presidência do Conselho Judicial e a indicação de seus juízes.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, constituído pelo primeiro-ministro e outros 21 ministros.

O parlamento (Assembleia Nacional) é bicameral, dividido entre uma câmara alta (Conselho Shura), composta de 40 membros indicados pelo monarca, e uma câmara baixa (Câmara dos Deputados), integrada por 40 membros eleitos por sufrágio direto para período de 4 anos. As normas aprovadas pela câmara baixa necessitam passar pelo crivo da câmara alta.

Partidos políticos são proibidos, mas sociedades politicamente orientadas são permitidas. Tradicionalmente, o Al-Wefaq (Sociedade Islâmica Nacional) é o principal grupo de oposição no parlamento, representando os xiitas islamistas.

As primeiras eleições parlamentares do país foram realizadas em 1973, sendo rapidamente seguidas, no entanto, de fechamento do parlamento, em 1975, pelo Emir. Em 1994, ocorreram manifestações pela reabertura do parlamento, resultando em violentos confrontos. Novas eleições seriam realizadas apenas após a ascensão ao trono de Hamad bin Isa Al Khalifa, cujo ímpeto liberalizante foi simbolizado pela outorga da Constituição de 2002 e a previsão de novas eleições.

Nos pleitos eleitorais de 2006 e 2010, a sociedade política Al Wefaq, principal bloco oposicionista, conquistou maioria na Câmara dos Deputados. No início

de 2010, o Al-Wefaq endureceu seu discurso de oposição, demandando que o Gabinete passasse a ser indicado pelo parlamento eleito, e não mais escolhido pelo monarca. O bloco alegava que a divisão de poderes estabelecida pela Constituição de 2002 não vinha sendo observado em sua plenitude pelo rei, diante do fato de que metade do Gabinete era composta por membros da família real. Em protesto contra a violência governamental contra os manifestantes, parlamentares do Al-Wefaq renunciaram. Novo pleito foi realizado em 2011 para a reposição das 18 vagas abertas.

A “primavera árabe” representou o recrudescimento das tensões sectárias no Bahrein e o início da mais grave crise enfrentada pelos Al Khalifa desde a independência do país. A violenta repressão aos protestos aprofundou a clivagem xiito-sunita no arquipélago, sendo necessária a intervenção de tropas de Arábia Saudita e EAU, representando o Conselho da Cooperação do Golfo, para dissipar a mobilização xiita.

As eleições subsequentes, de 2014 e de 2018, foram boicotadas pela oposição, ampliando o número de parlamentares independentes e reduzindo o número de parlamentares adeptos do xiismo. Em ambas, foi proibido o monitoramento internacional da eleição e foram adotadas regras eleitorais, relacionadas ao desenho das circunscrições eleitorais, com o objetivo de diminuir a representação xiita no parlamento.

As autoridades locais costumam acusar o Irã de interferência nos assuntos internos do Bahrein ao "financiar, treinar e fornecer armas a células terroristas" no país. Condenados, os réus são sujeitos a penas que incluem a perda da nacionalidade bahreinita, prisão e pena de morte. Segundo estimativas de 2018, 728 bahreinitas teriam perdido a nacionalidade, desde 2012, por participação em movimentos dissidentes, cuja principal causa de luta giraria, alegadamente, em torno da derrubada do regime dinástico e do estabelecimento de sistema representativo.

Em novembro de 2017, o parlamento bahreinita aprovou lei, ratificada pelo rei em abril de 2018, atribuindo a tribunais militares a incumbência de julgar cidadãos civis de movimentos dissidentes ou acusados de terrorismo.

POLÍTICA EXTERNA

O tamanho relativamente reduzido do Reino do Bahrein e sua posição central no Golfo fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. A casa real bahreinita – os Khalifa, de confissão sunita – depende largamente do apoio de aliados da região, especialmente **Arábia Saudita** e **EAU**, para a manutenção da estabilidade no país, em face da oposição da maioria xiita.

Esse apoio é considerado essencial em momentos de crise, como no contexto dos protestos relacionados à "primavera árabe", em que a população xiita insurgiu-se contra o Governo. Em reação à crise desencadeada no Bahrein pelos protestos de 2011, no contexto da "primavera árabe", cerca de 1000 soldados sauditas e 500 policiais emiráticos foram deslocados ao país sob a estrutura da *Peninsula Shield Force* do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para reforçar as forças de segurança locais, com vistas a conter os manifestantes. À época, o Reino do Bahrein

recebeu, também, pacote de ajuda econômica de US\$ 10 bilhões de EAU, Arábia Saudita e Kuwait para a estabilização econômica. Promessa semelhante foi feita novamente em outubro de 2018.

Em contrapartida, o Bahrein tende a apoiar e, por vezes, antecipar **mudanças de rumo das políticas** de seus aliados regionais, como forma de testar a opinião pública árabe. Dessa forma, na maior parte das questões regionais de maior interesse político, verifica-se aproximação entre as posições do Bahrein, da Arábia Saudita e dos EAU, desde o conflito no Iêmen até a atual crise diplomática no Golfo envolvendo o Catar.

Na questão **israelo-palestina**, os EUA apostam no lançamento do chamado “Deal of the Century”, que inclui, além de componente político, componente econômico na forma de pacote de ajuda econômica para a Palestina. Os EUA esperam que os países árabes do Golfo prestem apoio, sobretudo financeiro, ao plano. Nesse contexto, os EUA promoveram a realização, em junho de 2019, em Manama, do workshop “Peace to Prosperity”, no qual foi discutido o componente econômico do plano norte-americano.

O Bahrein é, dentre os países árabes do Golfo, um dos maiores opositores à atuação do **Irã** na região, sendo, também, um dos maiores apoiadores da estratégia norte-americana de “pressão máxima” sobre o governo iraniano. As relações entre Bahrein e Irã estão rompidas desde janeiro de 2016, em resposta ao ataque de manifestantes à Embaixada saudita em Teerã, na sequência da execução, na Arábia Saudita, do clérigo saudita xiita Nimr Al Nimr. Nessa linha, o Bahrein apoiou a decisão norte-americana, de maio de 2018, de se retirar do acordo nuclear com o Irã (*Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA*) e de reinstituir sanções econômicas contra aquele país. Ademais, o Bahrein vem assumindo papel político de destaque no tema, tendo sediado, em julho de 2019, a *Gulf Maritime Security Conference*, que resultou na criação de coalizão marítima internacional integrada, também, por Austrália, Arábia Saudita, EAU, EUA e Reino Unido. O Bahrein preside, ainda, o grupo de trabalho sobre Segurança Aérea e Marítima no âmbito da Conferência de Varsóvia.

A desconfiança do governo bahreinita em relação ao Irã decorre de pretensões históricas do país persa sobre o território bahreinita e da ascendência do regime de Teerã sobre a população xiita, majoritária no país. Frequentemente, o Bahrein acusa o Irã de apoiar e financiar a dissidência da maioria xiita contra família real bahreinita, sendo frequentes os casos de condenação de opositores à perda de nacionalidade e à prisão perpétua de dissidentes xiitas sob a alegação de cooperarem com o Irã. A oposição ao governo iraniano é, de certa maneira, um dos pilares da política externa bahreinita, balizando sua política regional para outros países que integrariam o “eixo xiita”.

Desde março de 2015, o Bahrein integra coalizão militar liderada pela Arábia Saudita que intervém militarmente no **Iêmen** contra rebeldes houthis. A coalizão conta com o endosso do presidente iemenita Abdo Rabbo Mansour Hadi.

Com a eclosão do conflito sírio, o Reino, acompanhando seus parceiros do CCG, fechou sua embaixada em Damasco em 2012 e votou favoravelmente à suspensão da **Síria** da Liga Árabe. Ao contrário de outros países da região, não há registros de que o governo bahreinita tenha fornecido qualquer forma de apoio a grupos de oposição. O

governo do Bahrein vinha optando por não se manifestar publicamente sobre o conflito na Síria, mas, em dezembro de 2018, reabriu sua Embaixada em Damasco, após anúncio similar ter sido feito pelos EAU.

O relacionamento entre Bahrein e **Líbano** é visto, também, pela lógica sectária e de oposição ao Irã. Em novembro de 2017, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrein afirmou que o Líbano estaria sobre domínio completo do Irã por meio do Hezbollah, grupo que seria “ameaça à estabilidade da região”.

O relacionamento entre **Catar** e Bahrein é tradicionalmente conflituoso, originando-se no processo de formação dos Estados Nacionais na região, o qual exigiu a intervenção britânica para a resolução parcial da disputa. Na década de 1980, a disputa entre os Al Khalifa, do Bahrein, e os Al Thani, do Catar, acirraram-se tendo como cerne o conflito territorial sobre as ilhas Hawar. Após diversos esforços de mediação, os países enviaram o caso para Corte Internacional de Justiça, cuja decisão de 2001 dividiu os territórios entre ambos os países.

Em 5 de junho de 2017, o Bahrein, juntamente com Arábia Saudita, EAU e Egito (o "quarteto"), rompeu relações diplomáticas com o Catar, ocasionando a maior **crise diplomática** desde a criação do CCG, em 1981. Além da retirada de seus embaixadores acreditados em Doha e da expulsão dos diplomatas catarianos, as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas daqueles quatro países foram fechadas aos cidadãos catarianos. O espaço aéreo dos países do "quarteto" foi também fechado a empresas aéreas catarianas. Também a cidadãos catarianos foi dado um prazo de 14 dias para deixarem os territórios dos quatro países.

As medidas foram tomadas sob a alegação de "ingerência de Doha nos assuntos internos" daqueles países, do "apoio catariano a organizações islâmicas extremistas como a Irmandade Muçumana, o autointitulado 'Estado Islâmico', a Al Qaeda", e da "incitação da mídia catariana contra os países da região". O governo bahreinita justificou sua adesão ao bloqueio ao Catar baseando-se também em suposto apoio e financiamento catariano a grupos oposicionistas no Bahrein.

Fora de seu entorno regional, o Bahrein mantém relacionamento privilegiado com os **EUA** desde o fim da segunda guerra mundial. Os EUA atribuem ao Bahrein um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN desde 2002. O reino é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval norte-americana no Golfo, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo (1990-91). Os EUA são também os maiores vendedores de produtos de defesa para o Bahrein.

Situa-se também no Bahrein o comando da *Combined Maritime Forces* (**CMF**) – uma parceria de forças navais criada em 2001 e composta de 32 países com o objetivo de combater o terrorismo, expandida, posteriormente, para incluir operações antipirataria. O comando da CMF abarca hoje três operações (forças tarefas combinadas – CTF), realizadas em 3,2 milhões de milhas quadradas, incluindo três pontos de estrangulamento: o Estreito de Hormuz, o Estreito de Bab Al Mandeb e o Canal do Suez. A CTF-150 destina-se ao combate ao terrorismo, a CTF-151 volta-se para o combate à pirataria e a CTF-152 busca assegurar a liberdade de navegação na região do Golfo.

A extração de pérolas constituiu, durante séculos, a principal atividade econômica do Bahrein e sua principal fonte de receitas de exportação. O colapso do mercado internacional de pérolas, no início da década de 1930, coincidiu com o começo da exploração de petróleo no país, que levou o país a um acelerado desenvolvimento econômico.

O Bahrein foi o primeiro país da região a encontrar e a exportar **petróleo**, nunca gozando, entretanto, de níveis de produção similares aos apresentados por seus vizinhos. O Reino possui reservas relativamente pequenas, estimadas em algumas centenas de milhões de barris, em comparação a seus vizinhos. Dessa forma, o Bahrein foi, também, o primeiro país da região a preocupar-se, já a partir da década de 1960, em diversificar sua economia.

Em 2018, o Bahrein anunciou a maior descoberta de petróleo em seu território desde 1932, no campo offshore de Khaleej Al Bahrein. As reservas não estão confirmadas, mas o ministro do Petróleo do Bahrein afirma que estas totalizariam 80 bilhões de barris. A confirmação dessas reservas diminuiria a dependência bareinita de Riade no setor de hidrocarbonetos. Contemporaneamente, a maior parte das receitas bareinitas com o setor advém da divisão dos lucros da exploração do campo de Abu Safah, realizada pela Aramco, companhia estatal saudita.

A queda dos preços do petróleo, iniciada em 2014, afetou seriamente as contas públicas do reino. O Bahrein, ainda dependente do setor de hidrocarbonetos para 77% de suas receitas, possui o maior *breakeven point* do preço do petróleo na região, estimado em US\$ 112, em 2018. A partir de então, o setor público exhibe déficits sucessivos, que totalizaram 18% do PIB, em 2016, e 11,7%, em 2017. A maior parte dos déficits são financiados por emissão de dívida, de modo que a dívida pública teria alcançado 93% do PIB em 2018, em comparação com 37%, em 2012.

A queda do preço do petróleo também atingiu o setor externo bahreinita. Apesar dos crescentes déficits em balança corrente, o governo mantém a paridade fixa da moeda com o dólar, de forma que as reservas de moeda estrangeira do país declinaram de US\$ 6 bilhões, em 2014, para US\$ 2 bilhões, em 2018 – equivalente a menos de um mês de importações.

Contribuiu para agravar a crise externa a lenta recuperação dos preços de metais, especialmente o alumínio, após a crise financeira de 2008. Atualmente, estes se situam em patamar equivalente a 51% do preço alcançado em julho de 2008, quando o produto alcançou sua máxima histórica. Esses produtos representam importante parcela das exportações bahreinitas correspondendo a 36% do total exportado pelo Reino.

Com vistas a reverter essa tendência, o governo bahreinita ambiciona empreender programa de austeridade, enfrentando, entretanto, considerável resistência da sociedade e do parlamento. Foram anunciados cortes de subsídios, com o aumento das tarifas de água e eletricidade e o preço da gasolina. Todavia, iniciativa governamental de substituir os diversos subsídios dispersos por um plano único que favorecesse, prioritariamente, as famílias mais pobres vêm tendo dificuldades de aprovação no Parlamento. Similarmente, a introdução do imposto sobre valor agregado

(VAT) sofreu atrasos, tendo sido implementado em 1 de janeiro de 2019 em vez de em 2018, como havia sido previsto inicialmente em acordo do Conselho de Cooperação do Golfo.

A crise econômica derivada das medidas adotadas para contenção da pandemia de COVID-19 acelerou, inicialmente, o plano de austeridade do governo bahreinita. Em abril de 2020, o governo bahreinita anunciou corte de 30% dos gastos de custeio do governo, além de suspender investimentos públicos por período indefinido.

O processo de diversificação econômica, iniciado na década de 1960, voltou-se para a promoção do setor industrial e do setor financeiro. A *Aluminium Bahrain* (ALBA), controlada pelo governo, representou, em 2017, 12% do total das exportações do reino. No setor industrial, destaca-se, também, a refinaria de Sitra, que refina petróleo importado da Arábia Saudita. O Bahrein apresenta, também, setor financeiro desenvolvido, que contribui com 16,5% do PIB. O reino detém a maior concentração de instituições financeiras islâmicas, sediando, inclusive, a agência de rating islâmica. Na última década, no entanto, o reino vem sofrendo forte competição de Dubai como centro financeiro regional.

A estratégia bahreinita para fazer frente à competição emirática volta-se à facilitação da propriedade estrangeira de ativos e à melhora do ambiente de negócios. O Bahrein é um dos poucos Estados da região que permitem que o capital estrangeiro possua 100% da propriedade de empresas localizadas em seu território, sem necessidade de parceria com cidadãos bahreinitas. Reformas liberalizantes contribuíram, também, para que o Bahrein possua um dos melhores ambientes de negócio da região. No índice *Doing Business*, o Bahrein obteve, em 2018, o segundo lugar na região – atrás dos EAU.

Em agosto de 2018, a Arábia Saudita, o Kuwait e os EAU anunciaram programa de apoio financeiro, com valor estimado em US\$ 10 bilhões, ao Bahrein com vistas a impulsionar a economia do país, que ainda se ressentia dos efeitos da baixa dos preços do petróleo em 2014. Analistas acreditam que o referido auxílio estaria condicionado à adoção de medidas consistentes de combate à corrupção por parte do Bahrein. Até abril de 2020, estima-se que o governo bahreinita já tenha recebido US\$ 4,5 bilhões do programa de apoio.

O fundo soberano do país – Mumtalakat – conta com recursos estimados aproximadamente em US\$ 16,8 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

628	O islã chega ao Bahrein.
1200	O xiismo consolida-se como a principal corrente do islã no Bahrein.
1521	Portugueses invadem o arquipélago do Bahrein.
1602	Os portugueses são expulsos do Bahrein pelos persas.
1783	Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia Al-Khalifa, da Arábia.
1816	Região torna-se protetorado britânico por acordo entre a família Al Khalifa e a Grã-Bretanha.
1971	Com a retirada das tropas britânicas, os Al Khalifa declaram a independência do Emirado do Bahrein (16 de dezembro). Isa bin Sulman Al Khalifa, no comando do país desde 1961, é declarado emir.
1973	Primeiras eleições parlamentares.
1975	Dissolução e o fechamento do parlamento pelo emir Isa bin Sulman.
1981	O Bahrein alia-se com países vizinhos (Arábia Saudita, Catar, EAU, Omã, e Kuwait) para a formação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG).
1996	Execução do ativista Isa Ahmed Hassan.
1999	Morre o emir xeique Isa bin Sulman Al Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, xeique Hamad bin Isa Al Khalifa.
2002	Adotada nova Constituição. O Estado do Bahrein torna-se Reino do Bahrein e o emir xeique Hamad bin Isa Al Khalifa é coroado rei.
2005	Suspenso o embargo comercial a Israel.
2011	A “primavera árabe” atinge o Bahrein. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no país. A violenta repressão aprofunda a clivagem xiito-sunita no arquipélago. O rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquérito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional.
2013	O rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro).
2014	Crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro (março). Estes três últimos países retiram seus embaixadores junto ao governo catariano, em alegado protesto ao não-cumprimento, pelo Catar, de disposições do acordo de segurança do Conselho de Cooperação do Golfo, assinado no final de 2013. Encerramento da “crise dos embaixadores” com o Catar. O embaixador bahreinita retorna a Doha (novembro). Realizam-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (22 e 29 de novembro). A oposição xiita islamista boicotou o pleito e não apresentou candidatos, tendo o número de representantes xiitas, no geral, se reduzido a 14 sobre 40 no Conselho de Representantes.
2015	Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Marrocos, Jordânia, Sudão e Egito (26 de março).

2016	Em solidariedade a medida tomada pelo Governo saudita, o Bahrein rompe relações diplomáticas com o Irã. O episódio se insere no contexto da reação de manifestantes iranianos contra decisão de Riade de executar o xeique Nimr Al Nimr, principal líder religioso e político da comunidade xiita saudita, por acusações de terrorismo, junto com outros 46 condenados.
2017	Juntamente com Arábia Saudita, EAU e Egito, o Bahrein rompe, em 5 de junho, relações diplomáticas com o Catar, o qual acusaram de ingerência em seus assuntos internos e apoio ao terrorismo e ao extremismo (5 de junho).
2018	Realizaram-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (24 de novembro e 1 de dezembro). A oposição xiita boicotou novamente o pleito e não apresentou candidatos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

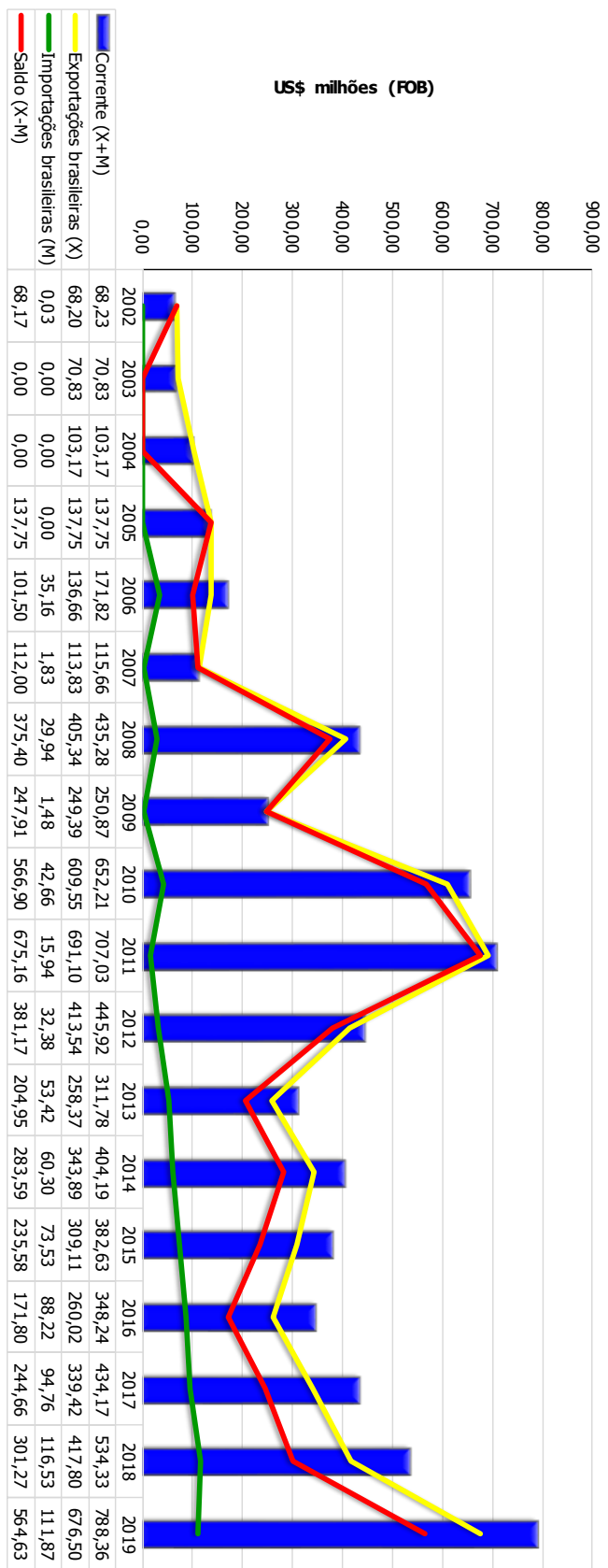
1974	Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein (26 de junho). Criação da embaixada do Brasil no Estado do Bahrein, cumulativa com a embaixada em Jedá (Decreto n. 74.264, de 8/7/74).
1976	Abertura de agência do Banco do Brasil em Manama (7 de outubro).
1982	O ministro das Finanças do Bahrein visita o Brasil.
1983	A embaixada do Brasil no Bahrein passa a ser cumulativa com a embaixada no Kuwait (Decreto n. 88.934, de 131/10/83). O ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto faz visita ao país, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio (dezembro).
1995	Encerramento das atividades da agência do Banco do Brasil em Manama (31 de dezembro).
1996	O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bahreinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 51ª AGNU.
1997	O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bahreinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 52ª AGNU.
2005	O vice-primeiro-ministro e chanceler do Bahrein, Mohamed bin Mubarak Al Khalifa, chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.
2011	Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bahreinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Washington (31 de maio).
2012	Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bahreinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula ASPA (1 de outubro).
2013	Visita a Brasília de missão parlamentar composta por três representantes da Câmara bahreinita e assessor parlamentar (4 a 10 de abril). Visita ao Bahrein de delegação chefiada pelo secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Humberto Ribeiro, com o objetivo de estimular o intercâmbio bilateral de investimentos (5 de maio).
2014	Abertura da embaixada do Bahrein em Brasília (6 de outubro). As operações da embaixada foram encerradas no mesmo ano, sem comunicação formal ao Ministério das Relações Exteriores.
2018	I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Bahrein (1 de julho). Reativada a embaixada do Bahrein em Brasília por meio da designação de encarregado de negócios residente (29 de agosto).

	Assinatura, em Manama, pelo embaixador do Brasil junto ao Reino do Bahrein, embaixador Norton Rapesta, e pelo ministro dos Transportes e das Comunicações do Bahrein, Kamal bin Ahmed Mohamed, do Acordo de Serviços Aéreos (11 de novembro).
2019	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (17 de setembro). Visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, a Manama (10 a 11 de dezembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	1/7/2018	1/7/2018	6/7/2018
Acordo de Serviços Aéreos	14/11/2018		

Comércio Brasil - Bahrein



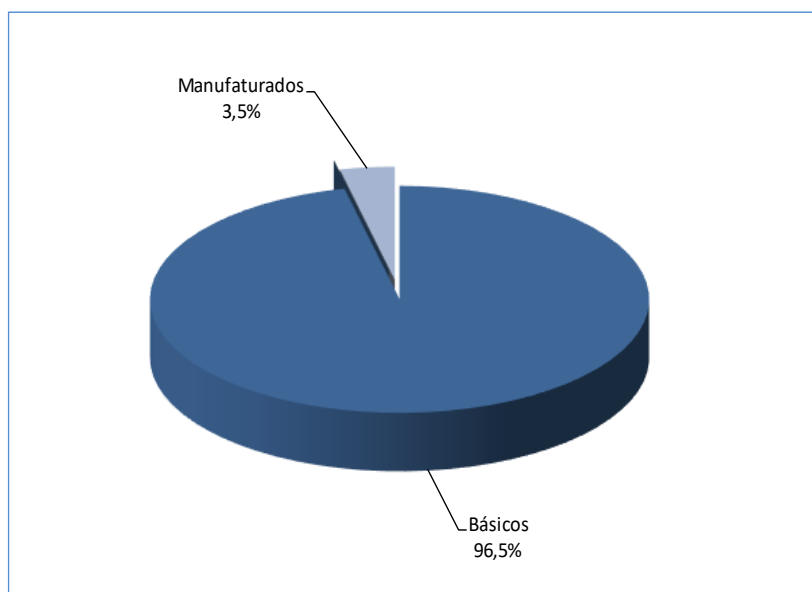
2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-dez)	417,80	116,53	534,33	301,27
2019 (jan-dez)	676,50	111,87	788,36	564,63

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

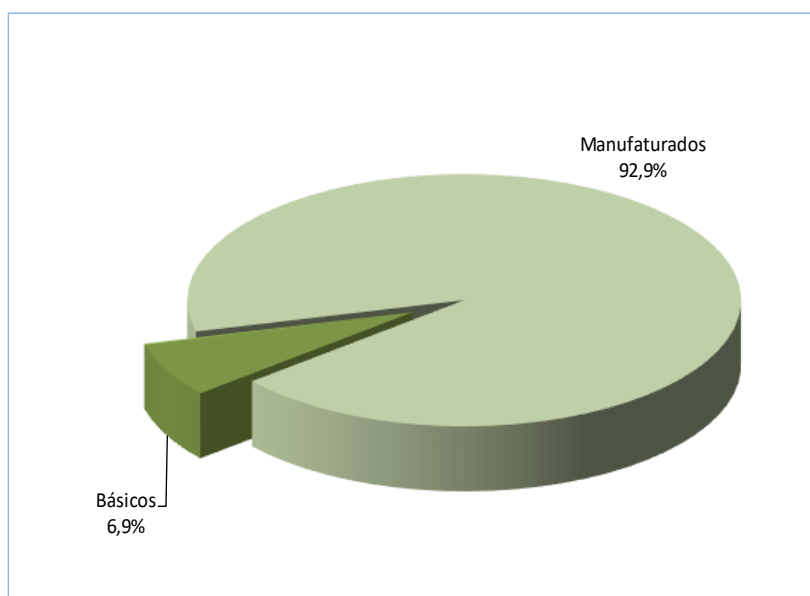
IND
ICA
DO
RES
EC
ON
ÔMI
CO-
CO
ME
RCI
AIS

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2019

Exportações



Importações



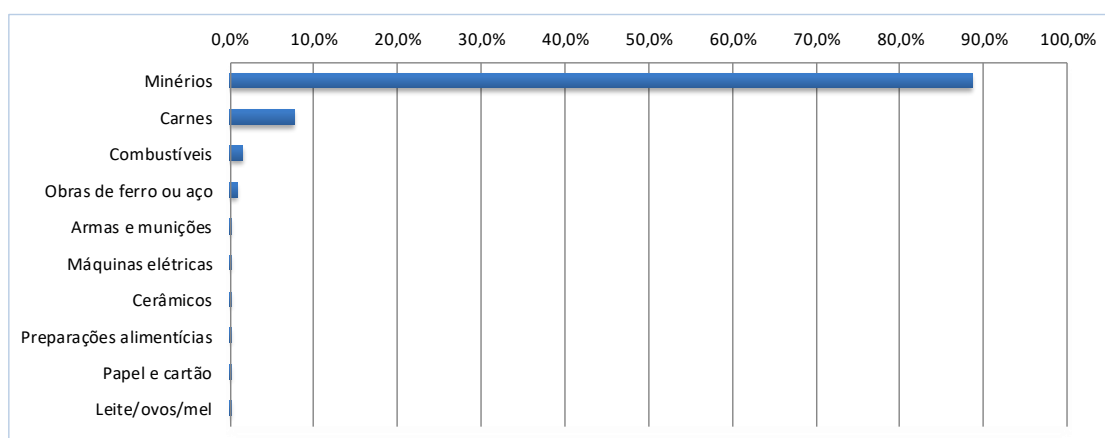
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Composição das exportações brasileiras para Bahrein
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minérios	232,34	68,5%	341,98	81,9%	600,40	88,8%
Carnes	35,47	10,5%	39,59	9,5%	52,10	7,7%
Combustíveis	10,07	3,0%	21,54	5,2%	10,42	1,5%
Obras de ferro ou aço	1,05	0,3%	1,79	0,4%	5,64	0,8%
Armas e munições	2,26	0,7%	0,40	0,1%	1,34	0,2%
Máquinas elétricas	0,03	0,0%	1,16	0,3%	0,78	0,1%
Cerâmicos	0,52	0,2%	0,40	0,1%	0,74	0,1%
Preparações alimentícias	0,87	0,3%	0,70	0,2%	0,71	0,1%
Papel e cartão	0,93	0,3%	0,59	0,1%	0,70	0,1%
Leite/ovos/mel	1,10	0,3%	0,68	0,2%	0,63	0,1%
Subtotal	284,65	83,9%	408,82	97,9%	673,45	99,6%
Outros	54,77	16,1%	8,98	2,1%	3,04	0,4%
Total	339,42	100,0%	417,80	100,0%	676,50	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

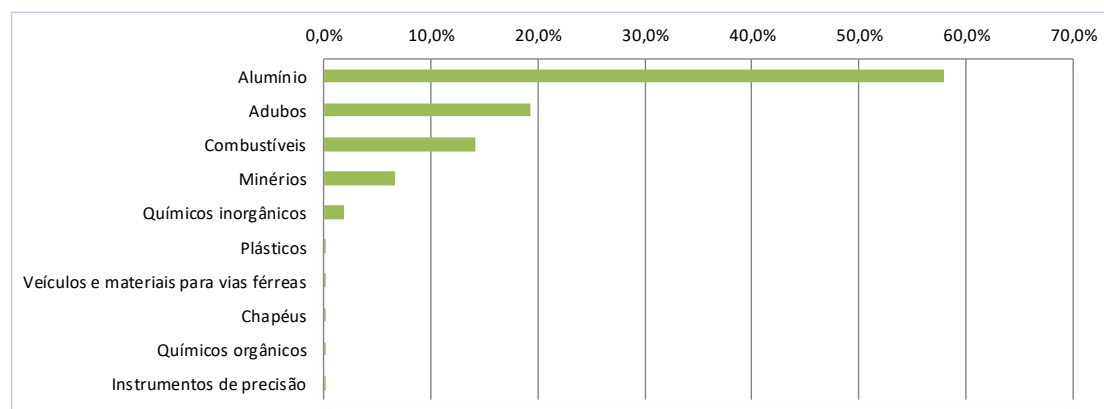


Composição das importações brasileiras originárias de Bahrein
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	7,11	7,5%	4,12	3,5%	64,78	57,9%
Adbos	50,37	53,2%	61,14	52,5%	21,58	19,3%
Combustíveis	29,50	31,1%	46,39	39,8%	15,83	14,2%
Minérios	0,00	0,0%	0,00	0,0%	7,39	6,6%
Químicos inorgânicos	2,67	2,8%	2,61	2,2%	2,04	1,8%
Plásticos	5,09	5,4%	2,22	1,9%	0,16	0,1%
Veículos e materiais para vias férreas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,04	0,0%
Chapéus	0,01	0,0%	0,03	0,0%	0,02	0,0%
Químicos orgânicos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,0%
Instrumentos de precisão	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Subtotal	94,75	100,0%	116,51	100,0%	111,86	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,02	0,0%	0,01	0,0%
Total	94,76	100,0%	116,53	100,0%	111,87	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019

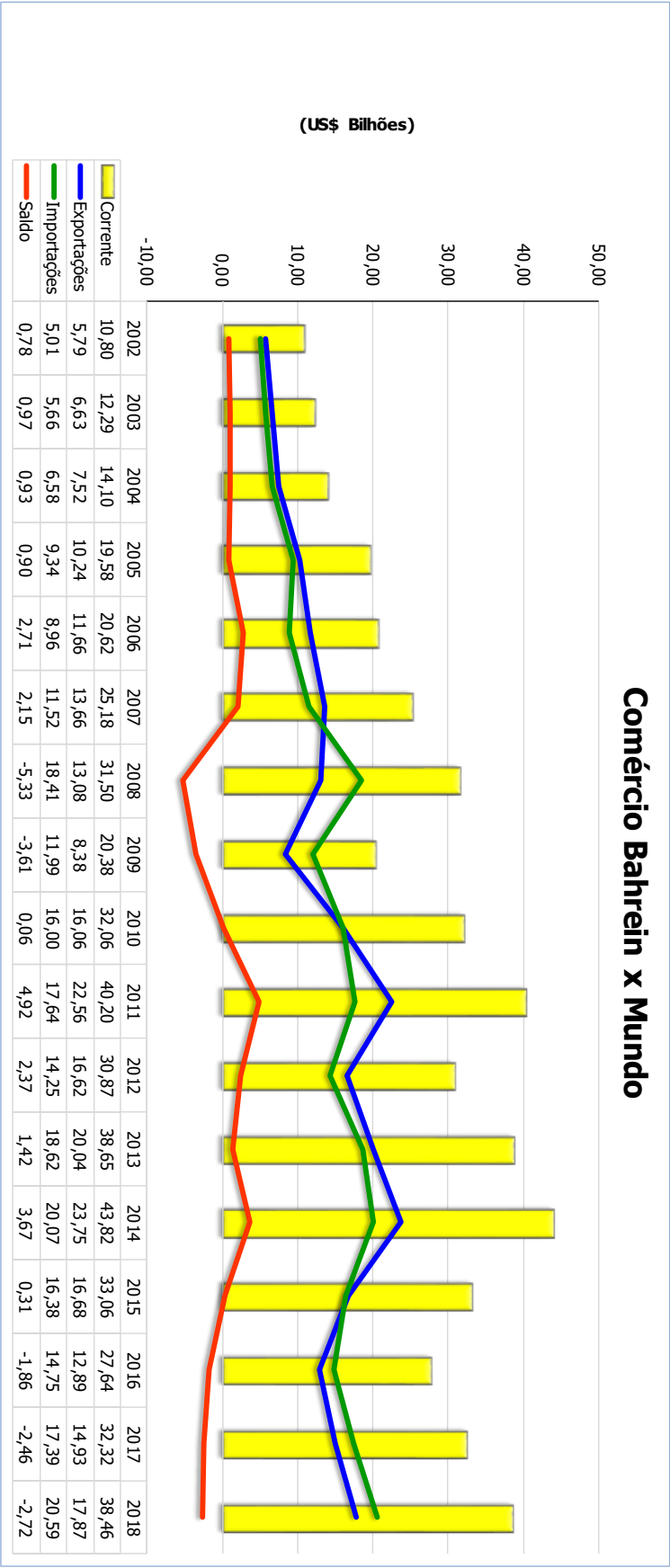


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-dez)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-dez)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Minérios	341,98	81,9%	600,40	88,8%	Minérios 88,8%
Carnes	39,59	9,5%	52,10	7,7%	Carnes 7,7%
Combustíveis	21,54	5,2%	10,42	1,5%	Combustíveis 1,5%
Obras de ferro ou aço	1,79	0,4%	5,64	0,8%	Obras de ferro ou aço 0,8%
Armas e munições	0,40	0,1%	1,34	0,2%	Armas e munições 0,2%
Máquinas elétricas	1,16	0,3%	0,78	0,1%	Máquinas elétricas 0,1%
Cerâmicos	0,40	0,1%	0,74	0,1%	Cerâmicos 0,1%
Preparações alimentícias	0,70	0,2%	0,71	0,1%	Preparações alimentícias 0,1%
Papel e cartão	0,59	0,1%	0,70	0,1%	Papel e cartão 0,1%
Leite/ovos/mel	0,68	0,2%	0,63	0,1%	Leite/ovos/mel 0,1%
Subtotal	408,82	97,9%	673,45	99,6%	
Outros	8,98	2,1%	3,04	0,4%	
Total	417,80	100,0%	676,50	100,0%	

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-dez)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-dez)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Alumínio	4,12	3,5%	64,79	57,9%	Alumínio 57,9%
Adubos	61,14	52,5%	21,58	19,3%	Adubos 19,3%
Combustíveis	46,39	39,8%	15,83	14,2%	Combustíveis 14,2%
Minérios	0,00	0,0%	7,39	6,6%	Minérios 6,6%
Químicos inorgânicos	2,61	2,2%	2,04	1,8%	Químicos inorgânicos 1,8%
Plásticos	2,22	1,9%	0,16	0,1%	Plásticos 0,1%
Veículos e materiais para vias férreas	0,00	0,0%	0,04	0,0%	Veículos e materiais para vias férreas 0,0%
Chapéus	0,03	0,0%	0,02	0,0%	Chapéus 0,0%
Subtotal	116,51	100,0%	111,86	100,0%	
Outros produtos	0,02	0,0%	0,01	0,0%	
Total	116,53	100,0%	111,87	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.



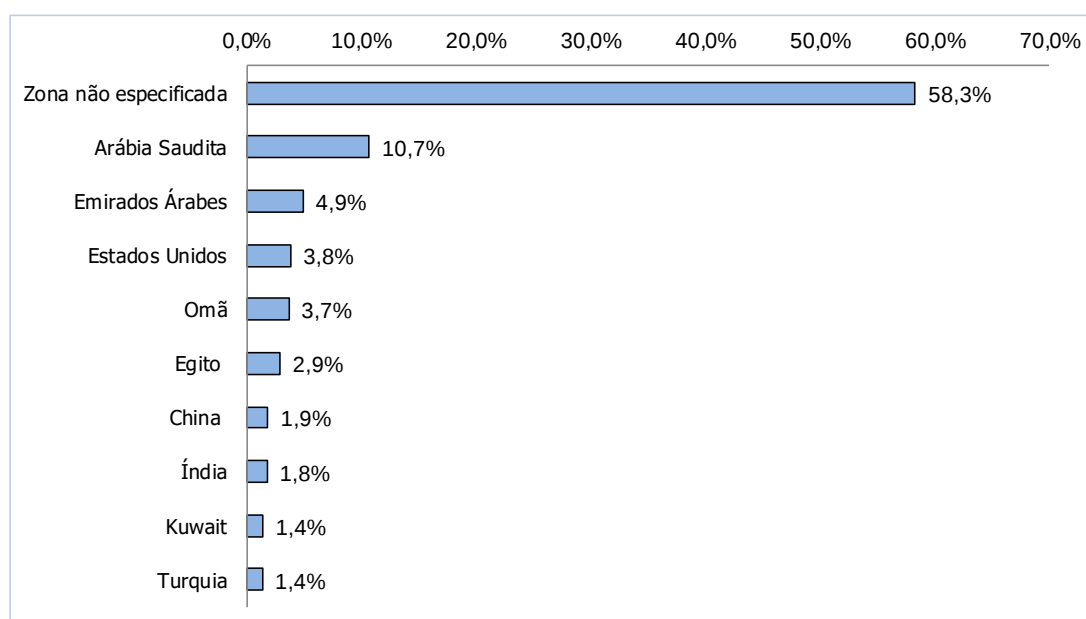
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2020.

Principais destinos das exportações de Bahrein
US\$ Bilhões

Países	2018	Part.% no total
Zona não especificada	10,42	58,3%
Arábia Saudita	1,91	10,7%
Emirados Árabes	0,88	4,9%
Estados Unidos	0,68	3,8%
Omã	0,65	3,7%
Egito	0,52	2,9%
China	0,33	1,9%
Índia	0,31	1,8%
Kuwait	0,25	1,4%
Turquia	0,24	1,4%
...		
<i>Brasil (29º lugar)</i>	<i>0,03</i>	<i>0,2%</i>
Subtotal	16,23	90,8%
Outros países	1,64	9,2%
Total	17,87	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais destinos das exportações

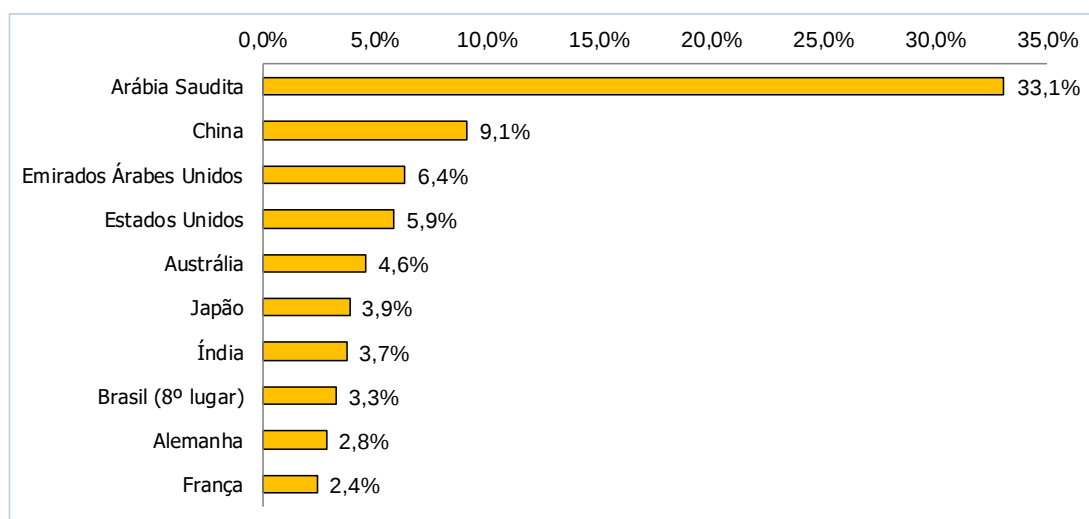


Principais origens das importações de Bahrein
US\$ Bilhões

Países	2018	Part.% no total
Arábia Saudita	6,81	33,1%
China	1,88	9,1%
Emirados Árabes Unidos	1,31	6,4%
Estados Unidos	1,21	5,9%
Austrália	0,95	4,6%
Japão	0,79	3,9%
Índia	0,77	3,7%
Brasil (8º lugar)	0,67	3,3%
Alemanha	0,58	2,8%
França	0,50	2,4%
Subtotal	15,46	75,1%
Outros países	5,13	24,9%
Total	20,59	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais origens das importações

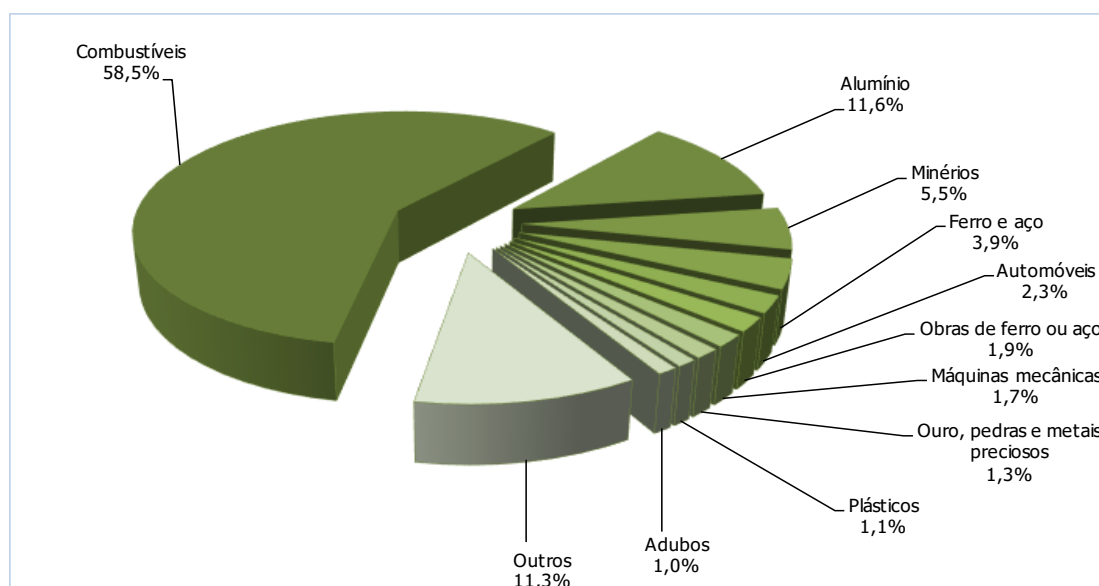


Composição das exportações de Bahrein
US\$ Bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	10,44	58,5%
Alumínio	2,07	11,6%
Minérios	0,99	5,5%
Ferro e aço	0,70	3,9%
Automóveis	0,40	2,3%
Obras de ferro ou aço	0,34	1,9%
Máquinas mecânicas	0,30	1,7%
Ouro, pedras e metais preciosos	0,24	1,3%
Plásticos	0,19	1,1%
Adubos	0,19	1,0%
Subtotal	15,85	88,7%
Outros	2,01	11,3%
Total	17,87	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

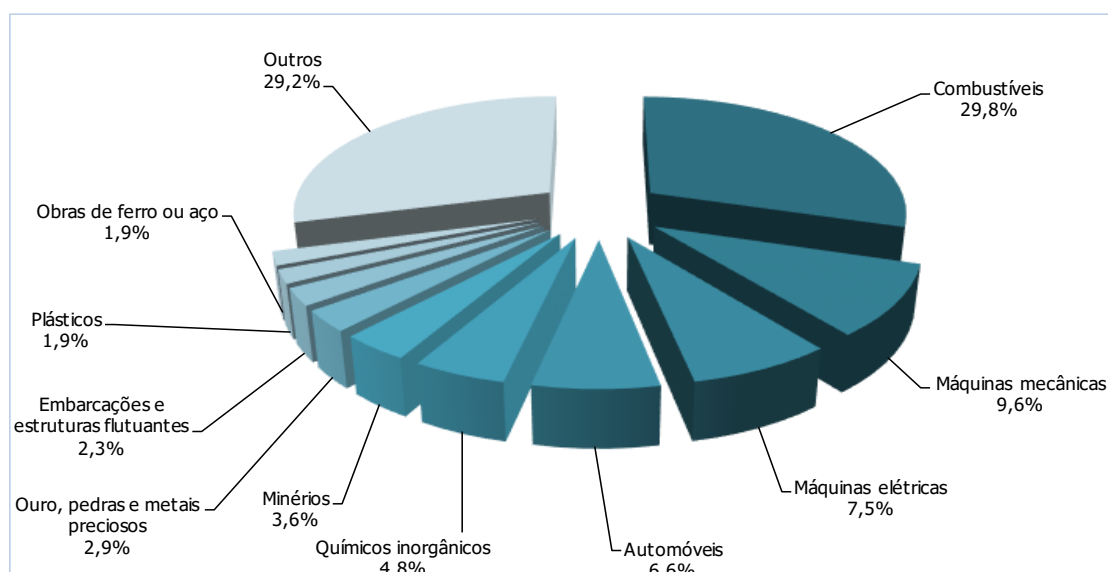


Composição das importações de Bahrein
US\$ Bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	6,13	29,8%
Máquinas mecânicas	1,98	9,6%
Máquinas elétricas	1,55	7,5%
Automóveis	1,35	6,6%
Químicos inorgânicos	1,00	4,8%
Minérios	0,74	3,6%
Ouro, pedras e metais preciosos	0,59	2,9%
Embarcações e estruturas flutuantes	0,48	2,3%
Plásticos	0,39	1,9%
Obras de ferro ou aço	0,38	1,9%
Subtotal	14,58	70,8%
Outros	6,01	29,2%
Total	20,59	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Bahrein

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	1,83%	1,85%	2,10%	2,36%	2,45%
PIB nominal (US\$ bilhões)	38,29	38,95	40,71	42,51	44,24
PIB nominal "per capita" (US\$)	25.851	25.781	26.414	27.043	27.590
PIB PPP (US\$ bilhões)	44.495,10	44.427,36	44.470,16	44.624,72	44.820,43
PIB PPP "per capita" (US\$)	50.057	50.869	51.981	53.246	54.586
População (milhões habitantes)	1,48	1,51	1,54	1,57	1,60
Desemprego (%)	3,91%	3,95%	3,91%	3,88%	3,87%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,90%	3,80%	3,20%	2,80%	2,30%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,80%	-3,64%	-3,40%	-3,16%	-2,89%

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	0,3%
Indústria	39,3%
Serviços	60,4%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

